



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRO -UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

TUGNA IMBANA BRANCO

**GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE
A LUTA COMUM PARA LIBERTAÇÃO E A FORMAÇÃO DE ESTADO-NAÇÃO.**

Acarape-CE

2017

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRO
INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

TUGNA IMBANA BRANCO

**GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE
A LUTA COMUM PARA LIBERTAÇÃO E A FORMAÇÃO DE ESTADO-NAÇÃO.**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado pelo estudante Tugna Imbana Branco ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado em Humanidades.

Redenção-CE

2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardino Dumas Teixeira (Orientador UNILAB)

Profa. Dr. Andreia Murano (examinadora UNILAB)

Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho (examinadora UNILAB)

Aprovado em ____/____/____.

DEDICATÓRIA

Inicialmente, dedico este trabalho aos meus pais, Pedro Branco (Imbana) e N'tchamba Imbana. Também, com muito carinho, faço uma dedicatória à minha irmã Domingas (*in memoriam*), aos meus queridos tios Luís Salvado Branco e Lucio Branco.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter-me proporcionado vontade, dedicação e superação das dificuldades encontradas nos momentos iniciais do meu curso.

De forma especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira, cuja dedicação é difícil mensurar, e à sua esposa, Geneviene Antônio Melaço Teixeira. Suas observações e leituras atentas durante o processo da escrita deste trabalho de conclusão de curso (TCC) possibilitaram o desenvolvimento de um olhar mais aprofundo e disciplinarmente educado para os dados coletados durante toda a pesquisa. Saliento, ainda, que não se trata de um simples orientador, mas sim de um irmão ou, até mais que isto, de um verdadeiro pai, no lugar de um Doutor.

Agradeço carinhosamente aos meus pais e a toda a minha família: Ariana, Nanda, Jessica, à minha querida Mãe N'tchamba, e à minha Mãezinha Justina Lamba, à minha namorada Benvinda Dominados Cambanco por incentivo e apoio de forma inesquecível nos momentos difíceis e de extremo cansaço.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), agradeço pela oportunidade de realizar o meu sonho de me graduar.

Aos professores desta universidade, em especial, aos que fizeram parte dessa banca examinadora, Ricardo Ossogo de Carvalho, Andreia Murano, e aos queridos irmãos e a todos aqueles que, de uma forma a de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

Ademais, os meus profundos agradecimentos ao Tamilton Teixeira, ao Abdulai Danfá e ao Calos Santos. Não poderia deixar de fora desta dedicatória os meus queridos irmãos Joãozinho (Prigo), Pequenina, Júlio, Janira (Segunda), Arminda (Toia), Marco (Iaiá), Deusa e Nanda.

E, de forma extensiva, agradeço aos meus amigos: Aldair, Bacar, Besna, David, Lima, Lotrigo, Hussaim, Jeremias, Nicolas, Sumaila e Seite.

Por último, dedico este trabalho à minha querida Madrinha Idalina Antônio José, à Mãezinha Justina Lamba, ao meu tio Cesar Antônio Imbaná, Jose Tamba, Nuno Nabiam, Filomeno Branco e aos meus sobrinhos: Malan, Nelo, Bruno, Junior, Jessica, Blo e Isnaba.

RESUMO

O presente trabalho intitulado Guiné-Bissau e Cabo-Verde: A luta comum para libertação e a formação de Estado-nação tem por objetivo compreender o processo comum de luta de libertação e a organização de Estado-nação dos dois países liderado pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) sob a liderança de um único líder, Amílcar Cabral. A pesquisa procurou entender as motivações e os fundamentos de unidade entre os dois países na luta pela independência nacional. Após a independência, Guiné-Bissau e Cabo Verde seguiram caminhos distintos, com modelos de estados distintos, daí a motivação da nossa pesquisa. O trabalho foi conduzido a partir de levantamento bibliográfico que consiste na leitura e fichamento de livros, teses, dissertações e artigos que serviram de para embasamento teórico para análise. A segunda, mais empírica, consistiu-se na realização das entrevistas com professores e estudantes guineenses e cabo-verdianos afetos à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). A análise revelou que Guiné-Bissau e Cabo Verde, apesar de luta comum, apresentam, historicamente, modelos de estado-nação distintos. Cabo-Verde manteve o modelo herdado do Estado colonial, aproximando-se da antiga metrópole, enquanto Guiné-Bissau, palco da luta, aproximou-se a Antiga União Soviética tanto na formação de recursos humanos quanto na ideologia do tipo socialistas, mas que não teve continuidade com a fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, fim de recursos que sustentava o partido de estado.

Palavra-chave: Unidade. Luta de libertação. Separação. Estado-nação. Guiné-Bissau. Cabo Verde.

Abstract

The present work entitled *Guiné-Bissau and Cabo Verde: the common struggle for liberation and the formation of Nation-State* Aims to understand the common process of liberation struggle and the organization of the nation-state of the two countries led by the African Party of Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC) under the leadership of a single leader, Amílcar Cabral. The research sought to understand the motivations and foundations of unity between the two countries in the struggle for national independence. After independence, Guinea-Bissau and Cape Verde followed distinct paths, with models of distinct states, hence the motivation of our research. The work was carried out from a bibliographical survey that consists of the reading and writing of books, theses, dissertations and articles that served as theoretical basis for analysis. The second, more empirical one, consisted in conducting interviews with Guinean and Cape Verdean teachers and students who are members of the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB). The analysis revealed that Guinea-Bissau and Cape Verde, despite a common struggle, historically presented different nation-state models. Cape-Verde maintained the model inherited from the colonial state, approaching the old metropolis, while Guinea-Bissau, stage of the fight, approached the Old Soviet Union both in the formation of human resources and in the socialist-type ideology, but which did not continue with the end of the Cold War and, consequently, the end of resources that supported the state party.

Key-words: Unity, Struggle of liberation, separation, nation-state, Guinea-Bissau, Cape Verde

SUMÁRIO

Introdução	9
CAPITULO 1	
CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DE GUINÉ-BISSAU E DE CABO VERDE.....	11
A influência dos impérios na formação social	14
A colonização portuguesa	18
As resistências dos grupos locais	22
As campanhas coloniais e a luta de libertação	24
O processo de independência	27
Pós-independência e a formação do Estado binacional	27
Fim da unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde	29
CAPITULO 2: O MARCO REFERENCIAL PARA UMA FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	31
CAPÍTULO 3: A METODOLOGIA E O CAMINHO PARA A ANÁLISE DE DADOS.....	39
Análise sobre unidade Guiné e Cabo Verde	41
Análise sobre ruptura Guiné-Bissau e Cabo Verde	44
Modelo de Estado-nação em Cabo Verde na atualidade	47
Modelo de Estado-nação em Guiné-Bissau na atualidade	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

Introdução

A Guiné-Bissau e Cabo Verde se uniram para se libertarem do colonialismo português, com o propósito de unificação dos dois países. Entretanto, depois da luta de libertação, os dois países se separaram, e cada um seguiu o seu rumo. A separação entre as duas nações serviu-se como matéria fundamental para os estudos sociais, uma vez que faz-se necessário compreender o processo da unificação da Guiné e Cabo Verde e luta pelas independências demonstrando o processo de ruptura entre eles. Para tanto, é preciso compreender o processo comum de luta de libertação e a organização de Estado nação sob a direção política de um único partido (PAIGC) em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, tendo por base uma análise da literatura temática sobre o assunto nos dois países.

Sendo assim, o trabalho inicia-se com a caracterização do contexto regional ou ocidental de Guiné-Bissau e Cabo Verde. A influência dos impérios africanos e o desenvolvimento de três Impérios (de Gana, Mali e Songai), islamizados, teve importância em toda a região, que corresponde hoje ao Senegal e à República de Gâmbia. As resistências dos grupos locais, os impactos sociais e culturais da política colonial em Guiné-Bissau e Cabo Verde fizeram ampliar focos de resistências locais contra a exploração econômica e a opressão política de Portugal, onde os grupos étnicos confrontaram colonialismo português e passaram pela resistência contra o jugo português.

Deste modo, a resistência de grupos étnicos desses países teve impactos sociais e culturais, na exploração econômica e na opressão da política colonial portuguesa. Com o decorrer de tempo, aconteceram campanhas militares contra a resistência dos grupos étnicos, conhecidas como campanhas de “pacificação” na Guiné-Bissau, lideradas pelo capitão Teixeira Pinto.

Portanto, a pesquisa percorreu-se as duas etapas fundamentais. A primeira etapa consistiu-se no levantamento bibliográfico que consiste na leitura e fichamento de livros, teses, dissertações e artigos para embasamento teórico desta análise. A segunda etapa consistiu-se na realização das entrevistas com professores, estudantes guineenses e cabo-verdianos que compõem a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Assim, este trabalho compõe-se de três capítulos. O primeiro capítulo divide-se em sete subcapítulos, os quais falam da Guiné-Bissau e Cabo Verde: caracterização e contexto regional. Os subcapítulos tentam demonstrar a influência dos Impérios na formação social, pós-independência, a formação do Estado binacional nos dois países e o fim da unidade destes dois países.

O segundo capítulo trata da discussão teórica das seguintes questões: a luta comum de libertação nacional na Guiné e em Cabo Verde, a questão da unidade, independência e ruptura entre os dois países, para procurar entender a construção de Estado-nação nos dois países. Dialogando-se com Carlos Lopes, Peter Karibe Mendy, Tcherno Ndjai, Artemisa Odília Cande Monteiro e Antero da Conceição Monteiro Fernandes.

O terceiro capítulo trata-se das implicações do golpe de Estado de 1980, modelo de Estado-Nação após-independência e os dois Estados na atualidade. Para falar destes estados, faremos as entrevistas com os professores, estudantes guineenses e cabo-verdianos que compõem a Unilab. Estas entrevistas foram embasadas com as bibliografias que falam sobre o assunto.

CAPÍTULO 1: CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DE GUINÉ-BISSAU E DE CABO VERDE

A República de Guiné-Bissau, país continental e insular, fica situada na Costa Ocidental da África. Faz fronteira ao norte com o Senegal, ao sul com a Guiné Conacri e ao leste com o Oceano Atlântico. Seu território abrange 36.125 km² para uma população estimada em 1.544.777 milhões de pessoas (INE, 2015).

Guiné-Bissau e Cabo Verde são os únicos países da África Ocidental onde se fala a língua oficial portuguesa. São nações multiculturais, em decorrência da forte migração oriunda de variados Reinos africanos, mas presente na formação de Guiné-Bissau.

Todavia, em ambos os países, embora seja a língua oficial, apenas um número limitado da população tem o português como a língua primeira de comunicação. Em Guiné-Bissau e Cabo Verde quase a maioria da população fala o *kriol*¹.

Guiné-Bissau é constituído por oito regiões sendo elas; Bolama, Bafatá, Biombo, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara, Tombali, e trinta e seis setores e um setor autônomo de Bissau, capital Bissau, região política e administrativa do país.



Figura 1
Fonte: Wikipédia 2016

¹ Há uma variação de línguas crioulas, crioulo guineense, cabo-verdiano, malaca, crioulo de Sri Lanka, entre outras. No caso guineense, há duas matrizes linguísticas etimológicas. Uma, associada a matriz lusitana, de tradição europeia, e outra, de base africana. Para Benjamin Pinto Bull (1989) o *crioulo* de Guiné-Bissau, língua franca de 60% da população, é uma língua baseada no português estabelecido como língua de comunicação durante o período colonial. Já para Carlos Lopes (1999) o *kriol* guineense é uma língua africana, da Alta Guiné, oriunda dos antigos impérios africanos, anterior a presença portuguesa.

Quadro I - Divisão administrativa de Guiné-Bissau.

Regiões	Setores
Bafatá	Bafatá
	Bambadinca
	Contuboel
	Golomaro
	Gã-Mamudo
	Xitole
Biombo	Prabis
	Quinhamel
	Safin
Bolama/Bijagós	Bolama
	Bubaque
	Caravela
Cacheu	Bigene
	Bula
	Cacheu
	Caió
	Canchungo
	S. Domingos
	Gabu
	Pirada
	Pitche
	Sonaco
Oio	Bissora
	Farim
	Mansaba
	Mansoa
	Nhacra
	Buba

Quinara	Empada
	Fulacunda
	Tite

Fonte: Wikipédia, 2016

Além do território continental, Guiné-Bissau integra a parte insular, constituída pelo arquipélago dos Bijagós que é composta por 88 ilhas situado ao largo da costa africana, dispondo de uma área protegida pela população local considerada pelo UNESCO em 1996 como reserva da biosfera na qual se contam com uma diversidade de fauna e flora.



Figura 2

Fonte: Wikipédia 2016

A influência dos impérios na formação social.

Há que considerar a inserção multicultural e multiétnica de Guiné-Bissau, distinta de Cabo Verde, a sua pertença distinta à formação histórica e social dos Reinos subsaarianos, mais presente na Guiné-Bissau, anterior a presença europeia colonial.

O primeiro Império a que se tem registro, reconhecido pela historiografia, foi o Império de Gana, que teria surgido, provavelmente, no Século IV, como uma aristocracia repartida por diversas províncias.

Conhecido como terra de ouro, Gana atingiu seu apogeu durante os anos 900 e atraiu atenção dos comerciantes árabes, que habitavam principalmente o Oriente Médio e a África

setentrional, que incluía a península ibérica, de clima deserta. As limitações agrícolas de plantio e criação de animais fizeram com que parte de seus habitantes se tornassem nômade, ou seja, povos pastores e caçadores sem uma habitação fixa.

O Império de Gana possuía uma população formada pelos *soninkés*, povos majoritariamente mandingas, que corresponde aos atuais territórios do Senegal, Mauritânia e Gâmbia. Segundo Teixeira (2015) foi uma das primeiras organizações na África Ocidental a ser reconhecida de forma mais detalhada pela historiografia devido a sua importância no comércio transaariano de ouro, marfim, tecidos, sal, entre outros produtos da época.

Nesse período, as dez ilhas vulcânicas de Cabo Verde, na região central do Oceano Atlântico, eram desabitadas, no Século IV, quando surgiu o atual Gana, do qual Cabo Verde recebeu influências distintas, e sua inserção na África subsaariana se deu mediante a ocupação portuguesa nos trópicos.

O Império de Gana, com forte tradição oral, começou a sentir os primeiros sinais de sua crise em 1290, a partir de disputas travadas com outros povos para o controle de minas de ouro e tráfico de escravos que sustentavam a sua economia, nesse período. Gana foi invadida pela dinastia dos Almorávidas, na segunda metade do século XI, que também estendeu à Península Ibérica, no sudeste da Europa, expandindo o islão na região.

Entre os anos de 1230 a 1600 aproximadamente, surge o Império de Mali, sucessor do Império de Gana, anexando reinos vizinhos sob a liderança de Sundiata Keita, adepto do islamismo, no início do século XIII, constituindo amplas redes de poder. Conforme em (1999) Mali evidenciava forte mobilidade sociopolítico, em que diferentes povos ou grupos *malinkés* das cidades antigas Kiri e Dakadyala como Tuaregues malinqués, Songais, Fulas e Dialonkés reconheciam o poder único do soberano do Estado.

Outro Império de grande civilização da África Ocidental, anterior a presença europeia, foi o Império de Songai, que foi um dos maiores Impérios africanos da história. Sua capital, Gao, dominou o comércio por mais de dois séculos. Carlos Lopes (1999) realça os entrepostos comerciais de Sutuco e Djamma Sura, que substituíram o entreposto de Tombuctu e Djenna, tornaram-se famosos devido às suas imensas riquezas adquiridas através do comércio e foi perdendo terreno para os comerciantes árabes.

No final do século XVI, com a chegada dos marroquinos, o Império de Songai entra em decadência, anexando as cidades de Sutuco e Djamma. Para Teixeira (2015) o desenvolvimento dos três Impérios (Gana, Mali e Songai), islamizados, teve importância em toda a região que corresponde hoje ao Senegal, à República de Gâmbia e Guiné-Bissau, particularmente na

formação de diversos grupos étnicos, Balantas (30%), Fulas (20%), Mandingas (13%), Manjacos (14%), Papeis (7%), entre outros grupos étnicos.

Entre 1537 e 1867, na região da Senegâmbia, onde se localizam atualmente Guiné-Bissau e o Senegal, surge o Império de Gaabu, após o declínio dos três Impérios. Gaabu tornou-se rapidamente um dos Impérios pré-coloniais africanos mais importantes devido o multiculturalismo de povos e culturas, denominado por Lopes (1999) de *mandinguização* de etnias, evidenciando, assim, a dinâmica cultural, o respeito e a valorização da diferença.

O início da colonização na África, a partir do Século XIX, marca o desmantelamento das estruturas sociais e culturais pré-coloniais da África, mas não aniquilou tais estruturas. O continente africano foi um dos últimos a ser colonizado pelas nações europeias. Resta-se saber até que ponto a estrutura dos impérios teve ou não implicação no modelo de Estado-nação presente hoje na Guiné-Bissau, isto é, os grupos étnicos que disputam o poder e cargos chaves no governo através de golpes de Estado.

Esse período também coincidiu com a Revolução Industrial, que levou a essas nações a explorar matérias-primas, especialmente comércio de pessoas, minérios, ferro, borracha, cobre, alumínio e produtos de origem agrícola, todos voltados para a produção industrial. A partir desse período, a África passou a ser invadida e explorada.

Já República de Cabo Verde é um arquipélago distinto administrativamente e geograficamente de Guiné-Bissau. Cabo Verde é formado por dez ilhas, subdivididas em dois grupos: o de Barlavento, no extremo norte, formado pelas ilhas de São Vicente, Santo Antão, São Nicolau, Santa Luzia, Sal e Boa Vista; E às Ilhas à Sotavento, no extremo Sul, composto por Brava, Santiago e Fogo, que cobrem uma área de 4.000 km², no Oceano Atlântico, com diferenças regionais significativas que são resultantes da ocupação portuguesa.



Figura 3
Fonte: Wikipédia 2016

Cabo Verde foi dividido administrativamente em vinte dois municípios. Os municípios são compostos por uma câmara municipal “executivo” e uma assembleia municipal “legislativo” e são subdivididos em trinta e dois autarquias, governadas pelas autarquias inframunicipais, cobrindo uma área total de quatro mil quilômetros quadrados.

Quadro II- Divisão administrativa de Cabo Verde

Ilha	Municípios	Autarquias
Santo Antão	Ribeira Grande	Nossa senhora do Rosário
		Nossa senhora do Livramento
		Santo crucifixo
		São Pedro Apostolo
	Paul	Santo Antônio das pombas
	Porto Novo	São João Baptista
São Vicente	São Vicente	Nossa Senhora da Luz
Santo Luzia		
São Nicolau	Ribeiro Brava	Nossa Senhora da Lapa
		Nossa Senhora do Rosário

	Tarrafal de São Nicolau	São Francisco
Sal	Sal	Nossa Senhora das Dores
Boa Vista	Boa Vista	Santa Isabel
		São João Baptista
Maio	Maio	Nossa Senhora da Luz
Santiago	Praia	Nossa Senhora da Graça
	São Domingos	Nossa Senhora da Luz
		São Nicolau Tolentino
	Santa Catarina	Santa Catarina
	São salvador do Mundo	São salvador do Mundo
	Santa Cruz	Santiago Maior
	São Lourenço dos Órgãos	São Lourenço dos Órgãos
	Ribeira Grande de Santiago	Santíssimo Nome de Jesus
		São João Baptista
São Miguel	São Miguel Arcanjo	
Tarrafal	Santo Amaro Abade	
Fogo	São Filipe	São Lourenço
		Nossa senhora da conceição
	Santo Catarina do Fogo	Santa Catarina do Fogo
	Mosteiros	Nossa senhora da Ajuda
Brava	Brava	São João Baptista
		Nossa Senhora do Monte

Fonte: Wikipédia 2016

Cabo Verde foi literalmente povoado pelos portugueses, considerado primeiro assentamento europeu nos trópicos para tráfico de escravos no cruzamento das rotas de navegação no Atlântico entre Europa, América e África, daí o peso da sua diáspora espalhados por três distintos continentes (HERNANDEZ, 2002).

Cabo Verde, neste sentido, teve pouca influência da presença dos impérios na constituição dos grupos sociais, enquanto em Guiné-Bissau encontramos a presença de grupos étnicos da África subsaariana, dos Impérios, muçulmanos, cuja influência marcou a formação social, étnica e cultural da sociedade civil e no interior de próprio estado.

A colonização portuguesa

As ilhas de Cabo-Verde foram encontradas em 1460, Século XV, por Diogo Gomes e Antônio da Nilo, dois navegadores e exploradores portugueses conhecidos por suas explorações na região de Senegâmbia² e por suas alegações de terem descobertos/achado a ilha de Santiago, aparentemente sem presença humana, atraindo comerciantes e piratas europeus de diversas origens.

Como salienta Fernandes (2007), os escravizados, trazidos dos “Rios da Guiné” para servirem a coroa portuguesa na produção agrícola e pecuária, desempenharam um papel relevante no povoamento do arquipélago. Os moradores, europeus, utilizando-se de mão-de-obra escravizada integrada ao capital internacional, passaram a ocupar as terras no interior de Santiago, no extremo sul.

Pouco depois, as ilhas à Barlavento, no extremo norte, passaram a ser ocupadas pelos europeus, conforme as necessidades e os interesses dos colonos, naquele momento. A ilha de Santiago, que foi a primeira a ser povoada pela coroa portuguesa, e a de São Vicente, a última, são consideradas, na atualidade, centros econômicos, comerciais e sociais mais importantes do arquipélago de Cabo Verde.

A ocupação de Cabo Verde foi, numa primeira fase, de povoamento, ocupada e administrada por um grupo de indivíduos com poder militar, ou por agentes do governo da Coroa, mas logo se transformou em colonização efetiva, que dividiu o território entre os principais grupos familiares que cria uma linhagem, beneficiários do comércio de indivíduos escravizados atrelados à manutenção do poder econômico, político, religioso, social e cultural.

Para Fernandes (2007), o comércio de pessoas na costa africana era altamente rentável para a economia do arquipélago atrelado a administração colonial. Segundo Claudio Furtado, as grandes fontes do desenvolvimento econômico de Cabo Verde vinham do tráfico de pessoas com a costa africana.

Desde muito cedo, aparece, em Cabo Verde, um grupo de autóctone que possuía terra e comercializavam com a Costa da Guiné, alcançando uma ascensão socioeconômica no arquipélago. A Companhia do Grão-Pará e Maranhão, que precedia comércio de pessoas com a costa africana, surge em 1755, munida de cartas de concessão para o comércio escravista.

² A Senegâmbia foi uma confederação, firmada em fevereiro de 1982, através de um pacto, que unia Senegal e Gâmbia, dois países vizinhos, comuns a uma integração, dissolvida em 30 de setembro de 1989, por disputas e divergências entre dois países, cujos contornos, testemunhamos ainda hoje na atualidade.

Na atual Guiné-Bissau, a presença portuguesa teve início no século XV com a chegada do navegador Nuno Tristão, no ano de 1446. Nos finais do século XVI em diante, houve o crescente florescimento do comércio escravagista que contribuiu decisivamente para a desintegração política dos reinos de Gana, Mali, Songai e Gaabu. (LOPES,1987).

Até século XIX, marcado pelo comércio de escravos, o território atual da Guiné-Bissau fazia parte da administração de Cabo Verde, em função da prioridade de investimento feitas por Portugal no arquipélago de Cabo Verde, que se refletia não só na administração pública, mas também na formação de quadros e no fortalecimento de instituições de ensino, gestão pública e burocrática do Estado colonial. Para Cardoso,

Durante séculos o atual território guineense foi administrado conjuntamente com o arquipélago de Cabo Verde, inicialmente desabitado, tendo-se estabelecido como um entreposto indispensável para o tráfico humano e para o abastecimento da navegação transatlântica. Em março de 1879, a colônia foi separada administrativamente de Cabo Verde e recebeu o nome colonial de Guiné Portuguesa. Foi quando, então, passou a ter uma administração própria, sendo a capital sediada na ilha de Bolama, no arquipélago dos bijagós. (CARDOSO, 1996, p. 54).

A ocupação de Guiné-Bissau foi distinta a de Cabo Verde, que se caracterizou pela presença de feitorias em função do comércio, mas nunca pela ocupação efetiva da parte continental. O regime colonial português, para incentivar a ocupação e a colonização do arquipélago, o Estado colonial hierarquizava a população de Guiné-Bissau, Angola e Moçambique em “civilizados” e “não civilizados” ou “gentios”.

Com exceção de Cabo Verde e São Tomé príncipe, países arqueológicos, de colonização distinta, marcado por trabalho forçado e pagamento de impostos, os demais eram considerados “não civilizados” e tinham que passar por um processo rigoroso de assimilação da língua e cultura portuguesa para que pudessem ascender ao estatuto de “assimilado”, nem sempre garantido.

A política de assimilação, apesar de suas especificidades em Guiné-Bissau e Cabo Verde, pautava-se na destruição das sociedades africanas guineense e cabo-verdiana, inculcando na população desses países a cultura e a religião católica com o objetivo de integração dos africanos “destribilizados” ou “lusitanizados” na sociedade colonial.

A política de assimilação não se restringia a África. Os africanos trazidos para o Brasil ficaram impossibilitados de se praticar suas culturas, crenças e práticas perante a exigência de adotar a língua portuguesa. Apesar da imposição colonial, no Brasil e na África, coexistem várias culturas e saberes.

No caso da Guiné-Bissau, a influência colonial portuguesa não foi muito forte, salvo em alguns pontos comerciais, fortificados, sobretudo em Cacheu antiga capital e também em Bissau, antiga capital. Essa “esfera de influência” foi garantida pelos esforços de uma elite cabo-verdiana, letrada, mestiça, urbana, que representa o estado colonial, também conhecida como *lançados tangomãos* porque se lançavam a parte continental da África ocidental, desafiando a interdição de comércio pelo Reino de Portugal.

Na cidade de Ribeira Grande, ilha de Santiago, em Cabo Verde, estabeleceu-se a primeira feitoria, que serviu de ponto de apoio para o comércio, que sustentava sua economia e começava a crescer por esse período. Serviu de ponto de escala para os navios portugueses para incentivar a colonização e o tráfico.

Em Guiné-Bissau também existia a presença militar sob proteção das fortificações, com a fundação da vila de Cacheu em 1558. A vila de Bissau, fortificação militar e entreposto, foi fundada em 1697. Bissau posteriormente eleva-se ao estatuto da cidade colonial. Foi no quadro da Conferência de Berlim, realizada entre 19 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1895, que se iniciaram, por meio de regras, a ocupação da África pelos países colonialistas.

A divisão territorial, resultante da Conferência de Berlim, não respeitou nem as famílias, nem a história e muito menos as relações étnicas e políticas dos grupos étnicos, tributários dos Impérios. Como resultado dessa conferência, Portugal apresentou o chamado Mapa cor-de-rosa da pretensão a exercer a soberania sobre os territórios entre Angola e Moçambique, nos quais se situam a Zâmbia, o Zimbábue e o Malawi.

Aconteceu que, apesar dos signatários da conferência concordarem com a proposta portuguesa, mas tarde à Inglaterra surpreendeu com a negação face ao projeto, ameaçando guerra se Portugal não abandonasse a proposta.

Temendo represália, Portugal cedeu à pressão e a Inglaterra passou a administrar toda a África Austral, com exceção das ex-colônias portuguesas de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e partilhou a costa ocidental da África com a França. A escravidão, nas ex-colônias portuguesas em África, vigorou formalmente até 1969. O ano de 1879 marcou a constituição oficial de “Guiné-Portuguesa” e Cabo Verde, como colônias de Portugal, mas sem “soberania” no interior, que apresentava ainda fortes resistências.

Com relação a estrutura social colonial cabo-verdiana, coloca-se como critério a propriedade privada. Carreira (1984, pag. 139) afirmou que, desde os finais do século XVIII e princípios do século XIX, encontravam-se presente três grandes grupos sociais demarcados muito mais pela propriedade privada e privilégios do que pelo estatuto indígena”.

O *primeiro* grupo social, composto por *brancos da terra*, no qual, também faziam parte, direta ou indiretamente, chefe da aldeia ou comunidade, os padres católicos, sargentos, capitães e mestiços que alcançaram ascendência na época colonial. No contexto geral da população Cabo-Verdiana, esse grupo tinham as melhores terras para a agricultura abarcavam o sistema econômico, político, cultural, patrimônio e sócias, bens patrimoniais que estes grupos privilegiados controlam.

O *segundo* grupo era constituído por rendeiros, profissionais liberais, pequenos comerciantes e habitantes das ilhas de Cabo-Verde em geral. O *terceiro* e último grupo social era formado pelos escravos, que foram incorporados aos grupos mestiços e brancos. Para Teixeira (2015, p.161) os brancos da terra exerciam o seu poder e sua dominação através da estrutura econômica e política do Estado colonial.

De acordo com Carreira (1984), citado por Teixeira (2015), “a tendência para branqueamento da população é flagrante” em Cabo Verde. Os dados fornecidos por Antônio Carreira (1984) mostram que até o século XX, a população mestiça representava 60%, os negros não menos de 36%, enquanto apenas 3% da população era branca (TEXIEIRA, 2015, p.162). O elemento central dessa dinâmica social cabo-verdiana foi a mestiçagem, seja ela aceita ou forçada.

Para Cabral (1979), os grupos étnicos de Guiné-Bissau caracterizam-se por duas formas de organização social, vertical e horizontal. A primeira apresenta uma forma estratificada de organização, enquanto a segunda possui uma organização social menos estratificada, isto é, funcionam na lógica da coletividade comunal. O primeiro grupo, vertical, urbanizada, baseia-se na forma de *solidariedade orgânica*, urbana, a qual seria fruto da sociedade de classes sociais.

Já o segundo grupo, sociedade do tipo horizontal, rural, estaria ligada à *solidariedade mecânica* e consciência coletiva, cujos indivíduos compartilham valores, crenças, visões e sentimentos comuns (DURKHEIM, 2010), à exemplos de grupos étnicos.

Para compreendermos melhor, basta olharmos as sociedades étnicas em África, presentes nos Impérios subsaarianos, ou as sociedades indígenas no Brasil, baseadas na *solidariedade mecânica*, rural, coletiva, e comparamos com as cidades como Luanda, Brasília, Bissau e Praia, urbanas, fragmentada, individual, baseadas na *solidariedade orgânica*.

Em Guiné-Bissau a sociedade urbana, individual, colonial, geralmente era habitada por mestiços ou cristões, que comercializavam nos “Rios da Guiné e de Cabo Verde”, denominação que surgiu no século XVI e compreendia a área do comércio entre o rio Senegal e Serra Leoa, entre a região fronteira de Casamance e as ilhas de Los.

Foi por essa razão que esta região da costa africana acabou por se tornar conhecida por “Rios de Cabo Verde”. Entretanto, a autorização para fixação no território de comerciantes cabo-verdianos só foi possível com autorização dos indígenas de Bissau, donos do chão, devido focos de resistências contra presença colonial.

As resistências dos grupos locais

Os impactos sociais e culturais dessa política colonial em Guiné-Bissau e Cabo Verde fizeram ampliar focos de resistências locais contra a exploração econômica e a opressão política de Portugal”, onde os grupos étnicos confrontaram colonialismo português e passaram pela resistência de diversas naturezas.

Em Guiné-Bissau os primeiros sinais de revolta frontal entre os indígenas e os portugueses que foram registrados pela historiografia manifestaram-se entre 1841 e 1844. Nesse levante, denominado por René Pélissier de *revolta seca*, o governador do distrito-feitoria de Bissau, Antônio José Torres, não teria resistido a morte. Conforme Teixeira,

Esse período ficou marcado também pela forte reação dos grupos indígenas contra o trabalho forçado, principalmente por meio da migração para as regiões fronteiriças, abandonando ou não querer trabalhar na colheita de produtos da primeira necessidade, por exemplo arroz e milho. Isso levou a revolta dos indígenas que resultou no assassinato do governador colonial da Guiné-Bissau, Álvaro Telles Caldeira, em 24 de janeiro de 1871. (TEIXEIRA 2015, p. 154).

A revolta de grumetes de Farim, a perturbação de Biafadas na navegação entre rio Guiné-Bissau e Geba e as revoltas dos Bijagós, Balantas, Mandingas contra a presença de colonialismo português tornaram-se abertas entre ano 1845 e 1878. A presença portuguesa ficou limitada, em termos militares e geográficos. Em junho de 1899, o governador português Álvaro Herculano da Cunha (1897) tentou expandir a presença portuguesa, constituindo um posto militar e administrativo em São Domingos, com intuito de assegurar a defesa da fronteira Sul.

No início de 1901, o governador da Guiné Portuguesa, Júdice Biker 1901-1903, tentando ultrapassar os desafios que norteavam a política de pacificação das resistências dos grupos étnicos em Guiné-Bissau, organizando uma campanha militar contra os grupos étnicos Felupes, na região fronteiriça com Senegal, onde o Estado colonial português instalou uma alfandega e um posto militar para impedir os franceses de comercializarem com a população local.

No arquipélago dos Bijagós, a situação não foi diferente de outras regiões do país. Em maio de 1907, o governador João Augusto de Oliveira Muzanty autorizou uma expedição militar em Formosa, mas os resultados terminaram frustrando o governo colonial português em seu projeto de controle de território (MENDY, 1999).

Em Cabo Verde, a presença colonial acabou por causar constrangimentos locais com duas revoltas dos rendeiros de terra na ilha de Santiago, entre os anos de 1822 a 1841. Segundo Eduardo Pereira (2006) as causas das revoltas teriam a ver com o aumento arbitrário das rendas do morgado de ano para ano.

Entende-se por morgadio uma forma de organização que cria uma linhagem para designar os seus sucessores, seus estatutos sociais, políticos, econômicos e culturais na sociedade colonial. Os domínios senhorias eram inalienáveis, adaptado pelo reino de Portugal. O sistema de morgadio procedia o desmanches das casas e a expulsão de rendeiros, no fim de cada ano.

O rendeiro que melhorar o terreno e nele estabelecer cultura de rendimento duradouro e mais avultado pode ter a certeza de que o morgadio, no fim do ano, só consentirá em renovar o arrendamento mediante subida de renda, que será ele só quem há de colher os benefícios realizados (CARREIRA, 1984, P.121).

Os obstáculos colocados nas regras de arrendamento de terras nas ilhas de Cabo Verde, bem como os desequilíbrios da estrutura fundiária e a miséria da população rural geraram revoltas, com a de Engenho, em 1822, de Achada Falcão em 1841, e de Ribeirão Manuel, em 1910, que evidencia uma cultura de resistência na ribeira dos engenhos fundada na cultura de *djunta mon* ou parceria comunitária, como também nas atividades das culturas de resistências como o *batuco* e a *tabanka*, dois grupos culturais de Santiago.

Também as reuniões de rendeiros em torno dos seus problemas e desafios, dentre as quais, se destacam as sucessivas revoltas como as ameaças de expulsão das terras àqueles que não pagassem em dia às suas rendas. A própria mão-de-obra era regida por normas estabelecidas pela *tabanca*, baseada na cultura de *batuco* (PEREIRA, 2016, p. 68).

Além da cultura de resistência de *tabanka*, havia focos de insubordinação através de festas que propiciavam a união e a ação coletiva dos rendeiros e trabalhadores rurais. Segundo Pereira (2016) *tabanka* é uma aldeia de resistência coletiva e de ajuda de seus membros em caso de necessidades, festas, casamentos e funerais. Pertencem a *tabanka* todos os moradores de uma ilha ou povoação, que contribuem, através de um fundo chamado *abota*, para a manutenção da comunidade e da sociedade civil na Guiné-Bissau.

O sistema de *abota* estabelece regras sociais de convivência, expressa as resistências praticadas pelos rendeiros na sociedade civil colonial, quer através de manifestações de tradições, quer por meio de festejos do batuco e da *tabanka*, duas formas de organização e de representação social da população rural (PEREIRA, 2016, p. 53).

A exploração dos camponeses pelo regime colonial, impedindo as populações locais o acesso à terra em Cabo Verde, forçados a trabalhar nas grandes plantações dos colonos em São Tomé e Príncipe, bem como o recrutamento forçado dos grupos étnicos guineenses para trabalho público, que viviam em situações de escravatura em Guiné-Bissau e em Cabo Verde. As revoltas foram reprimidas por campanhas militares.

As campanhas coloniais e a luta de libertação

Em Guiné-Bissau, colonial, o capitão João Teixeira Pinto formulou, em 1913, a sua tática de “pacificação” das revoltas dos grupos étnicos através de um recrutamento seletivo de mercenários africanos para a defensor da “província de Guiné-Bissau portuguesa”. Capitão João Teixeira Pinto, militar português, começou a sua política de campanha militar de onze anos de “pacificação” no triângulo Farim-Bissorâ-Carenque.

Em 1915, acabou a pacificação sangrenta do território continental com a derrota dos papéis, da ilha de Bissau, como também dos Manjacos e Balantas. No arquipélago dos Bijagós, onde a presença portuguesa também era mais agressiva, as resistências só foram quebradas depois das três últimas campanhas em canhabaque, ocorridas a partir do ano de 1936”. Segundo Lopes,

Uma série de campanhas brutais de “pacificação” terminou com a captura do regulo [chefe] *pepel*, de Bissau, atual capital, o qual, sob o comando de capitão Teixeira Pinto, afirmou que nunca se renderia, porque odiava brancos’, e se viesse a morrer noutra mundo encontrasse brancos declararia guerra contra eles devido à violência colonial portuguesa exercida contra os grupos étnicos (LOPES, 2012, p. 18).

A maioria dessa campanha ocorreu no contexto que medeia entre a Conferência de Berlim de 1884-1885 e o fim da Segunda Guerra Mundial, tendo em vista a necessidade de ocupação efetiva da parte continental dos ex-territórios onde o regime colonial reivindicava uma pretensa “legitimidade histórica” dada pela colonização portuguesa das zonas costeiras e entrepostos em Guiné-Bissau e nas ilhas de Cabo Verde.

Também foram nessas campanhas que se travaram disputas na cidade de Chaimite, em Moçambique, e Môngua, província de Cunene, em Angola, conduzidas pelas forças armadas portuguesas.

Um dos primeiros movimentos nacionalistas que surgiram, foi o de trabalhadores urbanos com a criação da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné, em 1958, um movimento clandestino que conduziu a revolta dos trabalhadores, em 3 de agosto de 1959, reprimido brutalmente pelo regime colonial, um acontecimento que conduziria à passagem da agitação nacional para uma luta de libertação nacional (PEREIRA, 2006)

Os preparativos de luta de libertação, nas ex-colônias portuguesas em África, ganha força com os estudantes africanos que estudavam na Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, berço de líderes africanos, oficialmente fundada em 1944 pelo regime colonial como o objetivo de inculcar a ideologia colonial do Estado Novo e fortalecer a mentalidade imperial e o sentimento de “portugalidade” entre os estudantes das ex-colônias considerados subversivos, do qual faziam parte, Agostinho Neto e Mario Pinto de Andrade, angolanos; Amílcar Cabral e Mário Cabral, guineenses-caboverdianos, Joaquim Chissano, moçambicano, Alda Espírito Santo e Jose Tenreiro, santomenses.

Em 19 de setembro de 1959, Amílcar Cabral, Aristide Pereira, Fernando Forte, Júlio de Almeida e Eliseu Turpin, fundam, em Bissau, na clandestinidade, o Partido Africano para independência da Cabo Verde (PAIGC) com o objetivo de garantir a conquista imediata da independência e a construção da paz, do bem-estar e do progresso para o povo da Guiné-Bissau e cabo verde.

O partido cria uma base militar na República de Guiné Conacri, um país fronteiriço com atual Guiné-Bissau ao norte que serviu de base para a guerrilha. Com a independência de Guiné Conacri do regime colonial francês em 1959, com Sékou Touré como presidente, que contava amplamente com o apoio do bloco soviético, o PAIGC encontra a base para o início da luta de libertação nacional.

Em 23 de janeiro de 1963, depois de uma ampla mobilização e conscientização política das massas nas zonas rurais, o PAIGC inicia a luta de libertação nacional. A luta de libertação surgiu como uma reação da elite crioula descendentes de africanos subsaarianos de então, que reivindicava contra o abandono e a negligência do Estado colonial em relação as condições de vida das populações de Guiné e de Cabo Verde.

No caso de Guiné-Bissau, muito cedo a máquina burocrática foi assegurada pela elite cabo-verdiana, ou pelos mestiços que já demonstravam afinidades culturais com a colônia. Essa presença administrativa da elite cabo-verdiana estava ligada a uma escolarização relativamente

desenvolvida, no quadro da mobilidade vertical, que contribuíram para o predomínio dessa elite no aparelho burocrático, desde Século XV.

As disputas acirraram-se quando o PAIGC decidiu organizar, de junho de 1961 por diante, uma Conferência de Organizações Nacionalistas de Guiné e Cabo Verde, em Dacar, com membros e militantes, para debater as contradições na sociedade colonial, assim como delinear estratégias da luta de libertação. Isto porque a política colonial de hierarquização racial entre “civilizados” e “não-civilizados, baseada na assimilação dos mestiços, acabou por agravar discórdias internas no PAIGC, ampliando os conflitos entre guineenses e cabo-verdianos.

Além da liderança do PAIGC, surgiram outros movimentos nacionalistas, entre eles, a Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING), maior opositor do PAIGC, do guineense François Kankoila Mendy; a União para a Libertação da Guiné (ULG), de Ibrahim Djaló; a União Nacional da Guiné Portuguesa (UNGP), de Benjamim Pinto Bull; o Partido Socialista da Guiné (PSG), de Rafael Barbosa, que mais tarde filiou-se ao PAIGC por falta de estrutura e de capacidade de mobilização, contradições internas e divisionismo, entre outros motivos, apontados por Teixeira.

Entre os fatores que provocaram o divisionismo e a fragmentação dos movimentos nacionalistas destacam-se: divergências quanto a ligação entre a luta anticolonial guineense e cabo-verdiana e os caminhos políticos que deveriam ser seguidos entre o nacionalismo e posições pan-africanistas, defendidas em Gana, na Conferência dos Povos Africanos, sob a liderança de Kwame N’krumah, em 1958, em que foi defendida a criação de um Parlamento africano e de uma moeda para um sonhado “Estados Unidos da África (TEIXEIRA, 2015, p. 187).

Amílcar Cabral afirmava que a unidade entre Guiné e Cabo Verde foi um exemplo claro de “unidade africana” para dar direção aos anseios das massas populares para a fundação de um novo Estado e Sociedade. Essa estratégia, que tentava ocultar as diferenças, gerou diversas reivindicações por parte de outros movimentos, fora e dentro do PAIGC. Vale ressaltar, ainda, a política da hierarquização racial entre “civilizados” e “não civilizados” ou indígenas, reforçando a rivalidade e provocando disputas e conflitos.

Em 1969, o PAIGC já controlava vastas áreas libertadas, ampliando sua influência política em todas as regiões, setores e seções de Guiné-Bissau. O partido assumiu o compromisso em substituir as estruturas do Estado colonial e construir espaços de exercício da democracia revolucionária do governo local e regional por intermédio de seus representantes.

Em 20 de janeiro de 1973, Amílcar Cabral foi assassinado em Conacri. Várias explicações sobre o assassinato de Amílcar Cabral, envolvendo dirigentes e militantes guineenses e cabo-verdianos, todos eles articulados com o regime colonial. Outra explicação

teria a ver com aproximação de Amílcar Cabral com o bloco soviético considerado algo de extremo perigo, podendo, no futuro, fazer do arquipélago de Cabo Verde e parte insular da Guiné um entrave para a segurança dos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criando, assim, condições para o domínio soviético no Atlântico Sul (SOARES, 2011, p. 68; TEIXEIRA, 2015, p. 89)

O processo de independência

Depois mais de uma década de luta de libertação, no território guineense, Portugal reconheceu oficialmente a independência de Guiné-Bissau, em 10 de setembro de 1974, separada a de Cabo Verde. Em 5 de julho de 1975, proclamou-se a independência de Cabo Verde. Nesse período, floresceu uma grande esperança de mudança com a Revolução dos Cravos, que derrubou o governo de Marcelo Caetano, em 25 de abril de 1975, em resposta ao descontentamento dos oficiais portugueses com a derrota nas ex-colônias portuguesas em África, especialmente, em Guiné-Bissau, onde o regime sofreu maiores perdas.

O partido PAIGC concluiu que a revolução armada seria a única forma viável para a independência nacional de Guiné-Bissau e de Cabo Verde, porque viabilizaria a emancipação, mas, também, possibilitaria o processo de construção da identidade e a afirmação política do povo de Guiné-Bissau e de Cabo-Verde, dois países africanos, marcados pela presença colonial portuguesa. Guiné-Bissau foi a primeira das ex-colônias portuguesas em África a alcançar a independência nacional contra o jugo colonial.

Segundo Teixeira (2015) a independência significou o fim de uma longa tradição de ditadura e o começo de amplo movimento de contestação e enfrentamento entre diversas forças que o regime salazarista havia reprimido, tanto em Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e (as) demais ex-colônias portuguesas em África, quanto em Portugal, após vários anos do autoritarismo e da repressão política.

A independência possibilitou a formação de um Estado binacional, apesar das deferências, devido à presença colonial, que ganhou força depois da Segunda Guerra Mundial.

Pós-independência e a formação do Estado binacional

A ideia da criação de um Estado binacional, mediante a unificação dos territórios de Guiné-Bissau e de Cabo Verde, sob direção do PAIGC, pode ser considerada uma estratégia

interessante, apesar dos constrangimentos à sua concretização. Conforme Aristides Pereira (2003), sempre houve, no seio do partido, a clara percepção de que o processo de unidade não seria uma tarefa fácil. Mas, com a fundação do PAIGC, o único caminho para a conquista da independência de Guiné e de Cabo Verde era libertar-se do sistema colonial.

Além de estabelecer o compromisso político com a luta de libertação nacional e política de unidade Guiné e Cabo Verde, sem o qual não teria sido possível a independência e a construção de um Estado Nacional, o PAIGC, de modo geral, estabeleceu como princípios básicos do partido em seis pontos fundamentais, quais sejam:

Elevação dos sentimentos nacionalistas, humanistas, de solidariedade, de respeito e de dedicação com a pessoa humana; desenvolvimento da consciência crítica, política, cultural, moral, patriótica e o espírito de sacrifício e dedicação à causa da independência e formação do Estado binacional, justiça e defesa dos princípios da democracia revolucionária, destruição das influências negativas da cultura colonial, bem como dos males por ele acarretada; desenvolvimento de uma cultura popular e dos valores nacionais do país e a construção de um homem novo, com a consciência plena da ideologia do partido (TEIXEIRA, 2010, p. 23).

O PAIGC, pós independência, propunha no seu programa de governo o controle econômico, político e social, como acontece nos regimes de partido único, mas enfrentou sérias dificuldades na implementação do seu programa menor do governo, relativo ao desenvolvimento econômico e melhorias de vida dos cidadãos. Em Guiné-Bissau, o modelo de desenvolvimento adotado no período imediatamente pós-independência apresentou certa aproximação com Cabo-Verde.

Para Teixeira (2015) a estratégia de desenvolvimento econômico adotado pelo governo do PAIGC enfatizava que a agricultura, sendo um setor chave da economia, deveria ser priorizado pelo governo, já que a industrialização e o desenvolvimento nacional dependiam dela.

As medidas do partido, exigiam um sistema econômico centralizado com forte presença do partido, seja enquanto produtor, seja como regulador e planejador do sistema econômico do país como um todo. Em Cabo-Verde a questão agrária colocava em debate a problemática do desenvolvimento rural a ser implementada com a conquista da independência que, como em Guiné-Bissau, assentar-se-ia na agricultura. Para Furtado

Com a independência, a questão fundiária passou a ser um dos primeiros problemas enfrentado. O PAIGC propunha uma série de medidas de nacionalização de propriedades improdutivas, bem como a proibição de subarrendamento com intuito de transformação das estruturas agrárias cabo-verdianas e do processo de acompanhamento dessa política (FURTADO, 1996, p. 102).

No campo da educação, o PAIGC propunha, em Guiné-Bissau e em Cabo-Verde um sistema de educação formal baseado nos valores nacionalistas e humanistas, de modo a permitir o desenvolvimento político e integral do indivíduo, de modo a permitir uma ruptura com sistema colonial. Todavia, o PAIGC passou a controlar toda a vida social, política, cultural e econômica de Guiné-Bissau, instituído no artigo 4º da Constituição de República de 1973, que definia o PAIGC como a única força política e o dirigente máximo da sociedade civil, do Estado e de toda a nação.

Em Guiné-Bissau, para Carlos Lopes, via de regra, é o partido, PAIGC, pelo seu controle, quem deve zelar pelo rigor de políticas públicas, pois há uma sobreposição do partido sobre o Estado e a sociedade civil. Em Cabo-Verde, nesse período, não foi diferente, no sentido de articular a unidade e o Estado-nação, por intermédio do PAICV.

A atividade do Estado cabo-verdiano também faz-se sentir pelo alargamento do movimento transcultural. Para Fernandes, esse fato teve, como resultado, a perda da sua dupla consciência identitária: africana e lusitana (FERNANDES, 2002). Em Guiné-Bissau, o PAIGC desenvolveu uma estratégia de “totalização do campo político” que não estavam controladas pelo partido, em termo de controle social e político da população.

Fim da unidade Guiné-Bissau e Cabo-Verde

Após a independência, Guiné-Bissau e Cabo-Verde passaram a ser dirigido pelo mesmo partido, PAIGC, (Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde). Em 14 de novembro de 1980, um golpe de Estado, desencadeado pelo denominado Movimento Reajustador, sob a liderança de guineense João Bernardo Vieira, era um respeitado como veterano de luta de libertação nacional contra o regime colonial portugueses.

O golpe de Estado destituiu o primeiro Presidente da República de Guiné-Bissau, Luís de Almeida Cabral, meio irmão de Amílcar Cabral, que ocupou o cargo de Presidente da República, de 1973 a 1980, após o assassinato do seu meio irmão Amílcar Cabral. O golpe sela a separação entre Guiné e Cabo-Verde que, segundo Odília Cande (2013)

A derrubada de Luís Cabral aconteceu por causa de asneiras cometidas depois da luta. Depois da morte de Cabral, o partido (PAIGC), caiu numa nova contradição. O Luís Cabral não poderia ser Presidente da República, pós-independência. O guineense Tchico Té, Vitor Saúde Maria ou João Bernardo Vieira deveriam assumir a presidência de Guiné-Bissau deveria, porque a política de unidade Guiné e Cabo Verde era apenas para luta. Depois de luta teria que ter a administração separado, os cabo-verdianos ocupavam lugares de destaque em Bissau, enquanto que em Cabo Verde não tinha sequer

nenhum Bissau-guineense na administração do estado cabo-verdiano. Esses conflitos de interesses geraram conflitos internos no PAIGC. (CANDE, 2013, p. 226).

A mesma conclusão foi defendida por Carlos Lopes (2012, p.20). Para ele, os constituem 61% dos chefes de posto, administradores coloniais, um grupo de indivíduos com poder militar na atual Guiné-Bissau, contra a vontade dos seus habitantes que, frequentemente, foram despossados de suas terras através e dos seus bens. A exploração e o abuso desenfreado por parte dos administradores coloniais, como aconteceu com as campanhas de pacificação das resistências, teriam contribuído para o aumento de rivalidades entre dirigentes guineenses e cabo-verdianos do PAIGC. Para Fernandes,

A convulsão gerada no seio do partido-Estado, PAIGC, por causa do levantamento militar de 14 de novembro de 1980, e a introdução de uma instituição estranha ao partido, Conselho da Revolução, levou João Bernardo Vieira (Nino Vieira) a endereçar uma mensagem ao Secretário Geral do partido (Aristides Pereira), justificando o golpe de Estado, quando João Bernardo Vieira alegou que as condições de vida dos guineenses haviam se deteriorado significativamente, o que acabou gerando a uma generalizada insatisfação com o governo de Luís Cabral (FERNANDES, 2007, p. 94).

A constituição foi suspensa e um Conselho da Revolução com nove membros, dirigido por João Bernardo Vieira, foi formado. Quatro anos depois, em 1984, uma nova constituição foi aprovada e o país começa a se abrir em direção à democracia multipartidária no início dos anos de 1990.

Em Cabo-Verde a constituição de 1980 foi revista três vezes em 1992, 1995 e 1999, definindo os princípios básicos de funcionamento do governo para enfrentar os novos desafios, tendo realizados suas primeiras eleições e instituindo o sistema parlamentarista de governo democrático. A Guiné-Bissau teve suas primeiras eleições multipartidárias para o parlamento e presidência em 1994, seguida de conflitos internos.

Observou-se, até aqui, a formação e a caracterização contextual de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Nosso objetivo foi o de mostrar e situar o contexto do objeto de pesquisa. Este capítulo procurou, também, apontar as características distintas e comuns entre ambos os países na medida em que nos ajudam a compreender o processo comum de luta de libertação nacional e os caminhos assumidos no processo de formação distinta de Estado.

Para nossa análise temporal, privilegiar-se-á as trajetórias na formação de dois Estados-nações, entre 1973 e 1980, dois períodos marcantes na formação dos dois Estados. Resta-se analisar, no campo teórico, o debate atual sobre o modelo de Estado-nação, envolvendo questões ordem política, econômica e cultural no contexto guineense.

CAPÍTULO 2: O MARCO REFERENCIAL PARA UMA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No campo de debate teórico, tendo como referência Guiné e Cabo Verde, as análises tendem a retomar os acontecimentos do processo de colonização, marcado pelo *Estatuto Social dos Indígenas Portugueses da Província da Guiné*, adotado pelo colonialismo, expresso em vários regulamentos; a luta comum de libertação nacional; a questão da unidade, independência e ruptura para entender a construção de Estado-nação, nos dois países.

No que se refere ao início da luta de libertação da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde, Amílcar Cabral evoca os direitos humanos, a cidadania, justiça, dignidade, função social e política numa luta de libertação, devidamente planejada e dirigida pelo PAIGC, valorizada pelos povos guineenses e cabo-verdianos, visando à formação do *novo homem*, marchando com seus próprios pés e pensando com sua própria cabeça para promoção da paz e do progresso da Guiné-Bissau e de Cabo Verde (Cabral), tanto no plano interno, da soberania nacional, quanto na esfera internacional, da diplomacia política.

[...] o que quer o homem africano quer é ter a sua própria expressão política e social-independência. Quer dizer, a soberania total do nosso povo no plano nacional e internacional, para construir ele mesmo, na paz e na dignidade, à custa dos seus próprios esforços e sacrifícios, marchando com os seus próprios pés e guiado pela sua própria cabeça o progresso que tem direito como qualquer povo do mundo (CABRAL, 1978, p. 99).

Amílcar Cabral defende os direitos e as *liberdades básicas* de todos guineenses e cabo-verdianos, a liberdade de pensamento, o respeito à soberania e o sentido de sacrifício pela causa da independência. Tais liberdades e direitos estão ligados com a ideia de liberdade de pensamento, de ação política popular, liberdade de expressão, de igualdade e da fraternidade.

São direitos civis e políticos, direito à participação política, direito ao acesso às condições socioeconômicas de sobrevivência da população, em ambos os países, direito à bandeira e à nacionalidade africana, guineense e cabo-verdiana, podendo eleger e ser eleito, direito à cultura, direito à educação, à saúde, ao trabalho condigno, direito à distribuição de riqueza. Cabral acreditava que os direitos, só poderiam ser conquistados, em Guiné e em Cabo-Verde, a partir do processo revolucionário, por meio de luta armada.

Amílcar Cabral recorda sua *experiência na sociedade colonial*, na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, explicitando a política de controle sobre a população contra a vontade dos seus habitantes que, frequentemente, recorria à violência, assassinatos, trabalho forçado e açoites como forma de assegurar a exploração desenfreada dos recursos dos territórios ocupados, Guiné e Cabo Verde, quase aniquilando sua população, como aconteceu no *massacre de pindjiguiti*, contra os trabalhadores, e durante as *campanhas militares de pacificação* contra os balantas, os papéis, os manjacos, entre outros grupos.

Eu vi gente morrer de fome em Cabo Verde e vi gente morrer de açoites na Guiné, com bofetadas, pontapés, trabalho forçado. Entendem? Essa é que é a razão da minha revolta. Mas a razão fundamental da luta pela unidade da Guiné e Cabo Verde, decorre da própria natureza da Guiné e de Cabo Verde. São seus interesses que nos levam a isso. Qualquer pessoa, que não seja ignorante e que estude os problemas a sério, que conheça a história a fundo, tanto relativamente as etnias da nossa terra, na Guiné e em Cabo Verde, como a história colonial de Portugal, se tem de facto interesse no avanço do nosso povo, essa pessoa tem que ser a favor da unidade e luta comum (CABRAL, 1978, p. 21-127).

Cabral alega a questão da fome em Cabo-Verde e açoites na Guiné-Bissau que atingiu um número significativo da população. Além disso, Cabral busca fundamentação na história de Portugal e das etnias e na situação colonial em África para justificar aquilo que ele considera de interesse dos dois povos. A luta seria a única forma de garantir a libertação nacional. Apesar dos esforços de Amílcar Cabral para justificar a luta, o processo de construção de unidade não parece ter sido consensual.

Isto porque, já concordando com Fernandes (2002) a sociedade colonial estabelecia uma hierarquização racial entre os “civilizados”, geralmente de origem cabo-verdiana, urbanizados, cristões, que tivesse atingido um certo grão de “assimilação” da cultura europeia portuguesa; em oposição os “indígenas”, de origem rural, grupos étnicos, com suas religiões, indivíduos pertencentes normalmente as religiões locais, submetidos ao poder indireto, ampliando assim os conflitos étnico-raciais entre guineenses e cabo-verdianos, dirigente do PAICV. Para Mendy

A maioria dos guineenses, os “colonialistas maus” visíveis eram de facto os cabo-verdianos. As profundas feridas causadas pelo seu envolvimento negativo na “Guiné Portuguesa” [parte deles como colaboradores coloniais] permitiram que os colonialistas portugueses explorassem tais divisões durante a luta armada de libertação e, portanto, intimamente relacionado com o assassinato de Amílcar Cabral, guineense, descendente de pais cabo-verdianos. A divisão da sociedade colonial não estava ainda superada na altura em que guineenses e cabo-verdianos se concertavam esforços para a unificação dos dois países. E as feridas por sarar, largamente ignoradas por uma liderança do PAIGC, inserível e dominada por cabo-verdianos, contribuiu grandemente para o facto de não ter havido apoio popular na Guiné-Bissau e em Cabo Verde para a unificação entre as chamadas “repúblicas irmãs”, sobretudo quando ocorreu o golpe de Estado em 1980.

Além disso, os modos arrogantes dos funcionários do Estado pós independência, maioria cabo-verdianos ou seus descendentes, bem como a abordagem dogmática do partido de Estado [PAIGC] na Guiné-Bissau sobre a questão da unidade, agravou o nível da disputa e conflitos internos. Por outro lado, houve muita alienação sobre a necessidade de continuidade de unidade. Em muitos casos, dissidentes, opositores ao partido foram assassinados. Dos “500 corpos” encontrados em duas valas comuns, depois do golpe de 1980, que destituiu o governo de Luís Cabral, muitos eram descontentes com a política de Luís Cabral, primeiro presidente de Guiné-Bissau, pós independência, escolhido pelo PAIGC (MENDY, 1993, p. 28).

Os portugueses deixaram uma parte significativa da elite cabo-verdiana com uma experiência colonial marcadamente diversa em relação à elite colonial guineense. Por outro lado, a pertença da atual Guiné-Bissau, que fazia parte dos Impérios Subsaarianos, bem como, a reduzida presença portuguesa, acabou por dificultar, de alguma maneira, a consolidação das estruturas do Estado colonial na Guiné-Bissau.

Segundo Peter Karibe Mendy (1993, p. 28), a questão da unidade e luta, principalmente em Cabo Verde, onde havia uma elite cultural hostil à unidade, não teve apoio popular”, porque a elite cabo-verdiana acreditava que não tinha afinidade cultural e parentesco racial com guineenses tendo o próprio PAIGC dividido em dois órgãos nacionais: guineense e cabo-verdiana.

Houve falta de harmonização e coordenação relativamente à novas constituições de Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Uma clara contradição que, concordando com Mendy, reforçou a sensação de desigualdade entre guineenses e cabo-verdianos. Também era necessário a cidadania cabo-verdiana para assumir um cargo público em Cabo Verde: primeiro-ministro e presidente da república, enquanto na Guiné-Bissau, nesse período, a elite cabo-verdiana do PAIGC ocupava cargos relevantes no funcionalismo público.

Amílcar Cabral tinha consciência das diferenças logo a pensar a unidade. Segundo Tchernon Ndjaia unidade em Amílcar Cabral é transformar um conjunto diverso de pessoas num conjunto bem definido, buscando um caminho ao mesmo tempo, sem negar as diferenças. Em vez disso, apesar das diferenças, essas diferenças devem se traduzir em pontos comuns para a independência e no processo pós-independência, no processo de construção da nação, de Estado e desenvolvimento através da noção do povo.

Nós somos um povo, ou membros de um povo, que a certa altura de sua história, tomaram um certo rumo no seu caminho, criaram certos problemas no seu espírito e na sua vida; orientaram a sua ação numa certa direção; puseram certas perguntas e buscaram respostas. Tudo pode ter começado por uma pessoa só, por duas, três, seis. A certa altura, apareceu este problema no nosso seio, a questão da unidade. E o partido foi tão advertido, quer dizer, entendeu isso tão bem, que, no seu próprio lema, adotou como princípio unidade e luta. (CABRAL, apud NDJAI, 2012, p. 44).

A luta pela unidade Guiné e Cabo-Verde abrangia a luta universal pela unidade africana, humanista e universalista. É nesse contexto que se insere uma série de eventos ocorridos em 1919 em Paris, 1921 em Londres, 1923 em Lisboa, 1927 em Nova York, 1945 em Manchester, 1974 em Dar es Salaam, na sequência das Conferência Pan-Africano, devido ao processo de colonização da maior parte do continente pela Europa.

A unidade, entre Guiné e Cabo-Verde, pressupõe a união de todos os povos da África como estratégia de maximizar o papel do continente africano no quadro da geopolítica internacional. Amílcar Cabral tem sido um defensor do pan-africanismo a partir da luta de libertação comum proposto por ele e seu partido PAIGC. Cabral reconhecia a diferença, imposta pelo sistema colonial, mas acreditava na capacidade de criar consenso para a independência dos países africanos, notadamente países como Guiné e Cabo-Verde.

[...] problema da unidade surge na nossa terra, repito, não por causa da necessidade de juntar pessoas com pensamentos políticos diferentes, mas sim de juntar pessoas com situação econômica diferente, apesar de essa diferença não ser tão grande como noutras terras que possuem uma situação social e culturas diferentes, incluindo a religião. Pusemos o problema de unidade na nossa terra, tanto na Guiné como em Cabo verde, no sentido de tirar ao inimigo a possibilidade de explorar as contradições que pode haver entre a nossa gente para enfraquecer a nossa força, que temos de opor à do inimigo (CABRAL *apud* NDJAI 2012, p. 45.46).

Para Ndjai (2012), a justificativa da necessidade de unidade traduz o interesse de uma harmonização-consenso de forças em contraposição ao inimigo, numa perspectiva de que a *união faz força*. Para este autor, se fosse desse modo, levar-nos-íamos a pensar que, ao ser privilegiado a dimensão econômica na sua avaliação de diferença entre guineenses e cabo-verdianos”, Amílcar Cabral teria tentado diminuir o problema crucial de aspecto sociopolítico na relação entre Guiné e Cabo-Verde, por exemplo: questão cultural e condições socioeconômicas distintas, enraizada da história dos dois povos

[...] Uma vez que cabo-verdianos e guineenses, na sociedade colonial, tinham condições de vida diferentes, submetidos a sistema jurídicos distintos, em que o Estatuto Criminal, Social dos Indígenas, de 1924, e o Ato Colonial de 1930; a Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina, de 1933 e, por último, o Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, aprovado por Decreto de 20 de maio de 1954 com objetivo de assimilar os indígenas, consideravam a elite cabo-verdiana, geralmente, cidadãos de direitos, e os guineenses, usualmente, indígenas, desprovidos desses mesmos direitos (TOMÁS *Apud* NDJAI, 2012, p. 46).

Com a introdução dos Estatutos, angolanos e moçambicanos e, de forma particular, os guineenses não gozavam formalmente de nenhuns direitos civis, ou jurídicos, nem cidadania.

Com novas leis, o regime colonial estabeleceu três grupos sociais distintos, de forma hierárquica: os brancos, os assimilados e os indígenas na cultura colonial. Para alcançar o estatuto de assimilado, os indígenas, grupos étnicos guineenses, tinham que comprovar saber, ler, escrever, professar e difundir a religião cristã portuguesa e adotar estilos de vida semelhante aos portugueses.

Tcherno Ndjai (2012) encontra nos Estatutos Indígenas e no centralismo do PAIGC umas das razões que teriam conduzido o fim da união Guiné-Bissau e Cabo-Verde, defendido por Amílcar Cabral e pelo PAIGC, desde o início do processo de luta.

Por essa razão, a ala cabo-verdiana do PAIGC foi acusada por dirigentes guineenses de controlar o partido e o Estado usando como justificativa o fato de que havia pena de morte e exploração de recursos na Guiné-Bissau em benefício de Cabo-Verde, o que teria conduzido o golpe de estado de 1980 contra o governo de Luís Cabral, dirigente do PAIGC, de origem cabo verdiana. Candé Monteiro (2013) faz uma análise dessa disputa, afirmando que:

Depois da morte de Francisco Mendes, também conhecido por Tchico Té, que era obstáculo para liderança de Luís Cabral, as rivalidades entre guineenses e cabo-verdianos aumentaram no partido e no governo. Manuel Saturnino da Costa, guineense, combatente, que era ministro da Administração Interna, no governo de Luís Cabral, avisou Aristides Meneses, dirigente do PAIGC, que havia um plano para assassina-lo, depois prosseguiu a sua viagem a cuba. Isso gerou um ambiente hostil. Daí as pessoas começaram a questionar uma série de situações em torno da questão nacional. Uma pergunta que se fazia era a seguinte: por que existe uma empresa de pesca NAGUICAP com o nome da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, porém o barco ficava em Cabo Verde? Todas as madeiras da Guiné-Bissau eram levadas para Cabo Verde. [...] Mario Cabral e Filinto de Barros, guineenses, dirigentes do PAIGC, foram para Cabo Verde para questionar por que existia a pena de morte na Guiné-Bissau e não existe em Cabo Verde, uma vez que ambos os países estavam sendo governado por um mesmo partido, PAIGC? (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 227).

A autora cita a acusação de guineense João Bernardo Vieira, antigo comandante das Forças Armadas, que aponta a crise política interna do PAIGC e cerceamento do diálogo no interior do partido, acusando a conivência e passividade do antigo secretário do partido, Aristides Pereira, cabo-verdiano, um dos fundadores do partido, no que tange aos problemas antidemocráticos e abusos de autoridade por parte do presidente Luís Cabral, no processo de construção do novo Estado-nação, binacional, em Guiné e Cabo Verde. Para João Bernardo Vieira,

É do pleno conhecimento do camarada Secretário-Geral do Partido as atitudes do camarada Luís Cabral, no que tange a solução dos problemas do Estado e da Nação. A atitude passiva do camarada Secretário-Geral do Partido perante comportamento e posições antidemocráticos do camarada Luís Cabral contribuiu largamente para deterioração da situação no país. As discussões acerca do anteprojeto da nossa Constituição política revelaram todas as

anomalias que essa mesma Constituição comportava. Os militantes e cidadãos, alguns dirigentes e responsáveis manifestaram publicamente o seu descontentamento, quanto a certos artigos da Constituição durante a reunião extraordinária da segunda legislatura da ANP para aprovação da futura Constituição. De maneira mais inaceitável e antidemocrática o camarada Luís Cabral, confiante no poder que detinha, influenciou certos quadros que impediram os deputados de tomar parte ativa nas discussões da nova Constituição. As últimas reuniões da Comissão Permanente do CEL [Comitê Executivo de Luta] não abordaram com seriedade a situação real que prevalecia na Guiné-Bissau em relação os problemas encontrados na nova Constituição (NINO VEIRA *apud* CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 233-234).

Apesar dos conflitos, Cabral acreditava na união orgânica dos povos da Guiné e Cabo-Verde”, marcada por laços de sangue e relações históricas que ligam os dois povos. Para Fernandes, o princípio de unidade não só funcionou como mola propulsora da luta de libertação, conjugando esforços, numa causa comum, como também ofereceu as bases para a posterior normalização de um sistema político-partidário binacional (FERNANDES, 2002, p. 163).

Para ele, por receberem vantagens, no processo de assimilação cultural, no que diz respeito à formação em relação aos guineenses, na época colonial, os cabo-verdianos ocupavam-se dos serviços logísticos e operacionais na Guiné-Bissau, de representação e de mobilização no exterior, enquanto os guineenses acabando por “pegar em armas”, desprovidos ou negados o acesso aos bens socioculturais por parte do Estado colonial.

Contudo, com o desenvolvimento da luta, no território guineense, controlada pelos velhos combatentes, principais beneficiários de ações de formação militar, no exterior, em especial, antiga União Soviética e Cuba, acabou por revelar-se decisiva à medida que a luta avançava, cada vez exigindo recursos, novos armamentos sofisticados e capacitação técnica de ação (FERNANDES, 2002).

Há que considerar objeções à unidade entre os intelectuais cabo-verdianos. Teixeira de Sousa, que exerceu o cargo de colaborador da revista *Claridade*, contestava o fundamento da unidade com a Guiné-Bissau em detrimento de aproximação de Cabo-Verde com a antiga metrópole portuguesa, rejeitada pelo PAIGC [*Cabo-Verde não pode ter a sua independência sem se encostar a outro Estado. Para o PAIGC é a Guiné-Bissau, para mim é Portugal*]. O discurso da mestiçagem crioula é retomado como justificativa para a manutenção do vínculo com Portugal, por parte dos claridosos:

Realce-se que a opção assumida pela manutenção do vínculo orgânico com Portugal foi não apenas compartilhada por muitos, como também idealizada por uma expressiva parcela da pléiade caridosa responsável pela arquitetura ideológica do modelo indenitário do arquipélago, baseado no discurso da mestiçagem e diluição de África nas Ilhas (FERNANDES, 2002, p. 170).

Mesmo fora de movimento claridoso, pró-Portugal, o projeto de unidade sofreu

contestação por parte de elite cabo-verdiana. Onésimo Silveira e José Leitão da Graças, por exemplo, abandonaram o PAIGC, por serem contra o projeto de unidade. Dessa forma, os dirigentes do PAIGC, pró-África, sob liderança de Amílcar Cabral, foram levados a admitir, publicamente, que a unidade entre Guiné e Cabo-Verde seria decidida posteriormente pela própria população e não pelo partido (FERNANDES, 2002, p. 172).

Conforme José Carlos Gomes dos Anjos (2006), especificidade foi colocada em jogo na unidade com a Guiné tendo em conta o interesse da aproximação de Cabo-Verde atropale, pela elite local pró-Portugal. No entanto, passando alguns anos, como foi dito anteriormente, os dois países deram fim ao projeto *africanização de unidade*.

A elite do PAIGC, pró-África, até a década de 1980, buscou enfatizar a importância dos “combatentes”, que, da mata da Guiné-Bissau, teriam trazido a liberdade às ilhas, diminuindo o papel que os “quadros”, na clandestinidade, ex-estudantes de Lisboa, teriam nesse processo, no arquipélago”.

A estratégia utilizada por parte da elite do PAIGC, em ruptura com a Guiné, foi a de enfatizar a especificidade cultural de Cabo Verde, em relação a África, reconciliando-se com os chamados quadros, intelectuais, afetos à *Claridade*, através de partilha de poder no PAICV (ANJOS, 2006).

Duas questões se colocam: por um lado, a defesa do grupo guineense, do PAIGC, autor do golpe, em manter a unidade, por outro, a falta da disposição da parte cabo-verdiana em evidenciar esforços na manutenção da unidade em defesa do governo do então presidente Luís Cabral. Para José Carlos dos Anjos,

Depois de meia década, a unidade Guiné-Cabo Verde foi rompida na sequência de um golpe de Estado desferido pelo então Primeiro Ministro da Guiné, Nino Vieira, contra o presidente da república - Luís Cabral. Imediatamente, após o golpe, a ala cabo-verdiana do PAIGC declarou desfeita a unidade entre os dois países. Embora os dirigentes guineenses do golpe tivessem demonstrado a intenção de manter a unidade, a parte cabo-verdiana considerou desfeitas as condições para a implementação do projeto e enterrou no passado o PAIGC para criar sob as mesmas bases militantes em Cabo Verde o PAICV. Na reação da ala cabo-verdiana do PAIGC não se explicitou nenhuma intenção de intervenção de força no sentido de se recolocar Luís Cabral no poder (ANJOS, 2006, p. 208-209).

De uma maneira geral, Cabo-Verde foi povoado pelo português, como ponto de comércio de pessoas no Atlântico, com poucas influências dos impérios. Cabo-Verde conta com a presença de *branco da terra, intermediários e escravos* e forte presença da Igreja Católica na constituição de sua sociedade. Em Guiné-Bissau, chama atenção as influências dos impérios, a hierarquização entre civilizado e indígena.

E, em contraposição, as categorias coloniais “civilizado” e “indígena” não foram aplicadas em Cabo-Verde. Cabo-Verde não enfrentou a luta armada de libertação, no seu território. Já Guiné-Bissau, como já vimos, a independência foi alcançada através de recursos a luta armada que influenciou, por um lado, o modelo do estado-nação, e por outro lado, a estrutura da sociedade guineense, questão a ser analisada adiante.

CAPÍTULO 3: A METODOLOGIA E O CAMINHO PARA A ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa baseou-se em duas etapas. A primeira etapa consistiu de escolha de material bibliográfico para análise – livros, teses, dissertações e artigos. A segunda etapa consistiu na recolha de entrevistas, de acordo com objeto e objetivos de estudo, com os professores, e os estudantes guineenses e cabo-verdianos, nossos interlocutores presentes na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Foram entrevistados doze (12) pessoas, dos quais, nove (9) homens e três (3) mulheres. Selecionamos apenas nove (9) para nossa análise por serem bastante explicativas em relação ao conjunto de material recolhido. A escolha foi feita de forma intencional, levando em conta aqueles que pudessem contribuir diretamente com questões levantadas na pesquisa.

A partir de definição de sujeitos a serem entrevistados, optou-se pela definição de metodologia de pesquisa qualitativa para tratamento de material recolhido. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa parte do pressuposto que realidade social é dinâmico, historicamente contextual, em que relação entre sujeitos e objeto está inconstante interrogação pelo seu dinamismo, especificidade e provisoriedade, característica essencial de qualquer pesquisa social. Ou seja, a pesquisa social lida com seres humano.

A pesquisa social lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, tem um substrato comum de identidade com o investigador, tornando embretado e comprometidos. Nesse sentido o observador e uma parte de sua observação. Ele vincula interesse de visão do mundo historicamente construídas. (Minayo, 2001, p.14).

Na pesquisa social, pela natureza do seu objeto, qualitativo, a relação entre o pesquisador e o pesquisado se estabelece mutuamente, a fim de compreender o sentido que os autores sociais têm do objeto em estudo, visões implicadas no processo de construção de conhecimento, bem como na interpretação de práticas sociais. É deste caráter qualitativo que se baseou o presente trabalho qualitativo.

Na pesquisa qualitativa, a objetividade e o rigor se confundem com os pressupostos da análise qualitativa dos núcleos de sentidos que compõem a interpretação temática. Operacionalmente a análise de conteúdo temático desdobra-se em três etapas, pré-análise, leitura flutuante, constituições do corpus e formulação dos objetivos.

A *pré-análise* consiste na a dos documentos a serem analisados, de acordo com o objetivo analítico visado, podendo ser reformado de acordo com o material coletado (Minayo, 2001). Em nossa pesquisa, coletamos materiais para análise através das entrevistas semi-

estruturada e recolha dos documentos orais e escritos sobre o modelo de Estado existentes em Guiné-Bissau e Cabo-Verde, dois países marcados pela luta de libertação.

A segunda etapa da Análise de Conteúdo consistiu em *leitura flutuante* do conjunto do material coletado, de acordo com tema e objetivo da pesquisa. Leva-se em consideração a compreensão anterior, emergente e as teorias relacionadas ao tema.

Para análise do tema de pesquisa, fundamentando em Teixeira (2015), Fernandes (2007) e Carreira (1984) para analisar a influência dos impérios africanos, em que, além da localização e divisão administrativa, considerou-se a inserção multicultural e multiétnica de Guiné-Bissau, distinta de Cabo-Verde, e a pertença comum e a pertença comum dada pelo colonialismo.

A leitura feita de Pereira (2016), Eduardo Pereira (2006) e Mendy (1999), debatem as campanhas militares, a unidade, ruptura, a luta de libertação e dialogando com Carlos (2012), Mendy (1999), Ndjai (2012), Cande Monteiro (2013) e Fernandes (2007), a fim de fizemos as nossas análises sobre modelo de estado existente na Guiné e Cabo-Verde.

A terceira etapa consistiu na *constituição do corpus* – entrevistas e documentos, de tal forma que possa responder os quatros princípios básicos duma pesquisa qualitativa: *exaustividade*, que contempla todos aspectos levantados; o princípio da *representatividade* que continha universo da pesquisa; o princípio *pertinência* dos documentos analisados, de acordo com objetivo de trabalho; e por fim, o princípio de explicação da temática a ser analisada sobre os modelos de Estado guineense e cabo-verdiano.

Após a definição metodológica, de acordo com os pressupostos acima, procurou-se entrevistar alguns estudantes, professores guineenses e cabo-verdianos que fazem parte de unidade acadêmica da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), a fim de entender o modelo de Estado nos dois países. De acordo com os objetivos da pesquisa e de metodologia, as entrevistas foram efetuadas a partir de seguintes questão:

- 1- Como se deu o processo de unificação e ruptura Cabo-Verde e Guiné-Bissau?
- 2- Que tipo/ modelo de estado adotado após a independência?
- 3- Como você vê estado guineense na atualidade?
- 4- Como você vê estado em Cabo-Verde na atualidade?

As respostas a essas questões foram obtidas através da entrevista semiestruturada.

Neste tipo de entrevista, o pesquisador elabora o conjunto de questões predefinida, mas pode redefinida, de acordo com a necessidade, colocando evidencia visões sobre o modelo de estado-nação guineense e cabo-verdiano. Portanto, o corpus levou em consideração levantamento bibliográfico de fontes secundarias em relação a produção teórica existente sobre

estado-nação e o modelo seguido por cada um dos países, bem como as visões dos entrevistados sobre tais conceitos.

Para Bauer (2004) o corpus é uma tarefa de construção que carrega consigo a teoria e o material de pesquisa. Ele é um conjunto de questões na qual o pesquisador traça materiais, e do qual consegue respostas dentro de um conjunto predefinido de alternativas, de acordo com o objetivo da pesquisa. Para o tratamento do corpus, optou-se pela técnica de *Análise de Conteúdo*. Segundo Bardin, a *Análise de Conteúdo* pode ser;

Definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção destas mensagens” (Bardin 1979, 42).

A *Análise de Conteúdo* é uma técnica de pesquisa para descrição sistemática do conteúdo manifesto das comunicações a fim de interpretá-los. É nosso interesse definir e compreender o conteúdo manifesto nas entrevistas de cada um dos nossos interlocutores sobre o modelo de estado-nação existentes na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde.

Para a inferência do conhecimento relativo às constituições de Estado na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde, a análise foi conduzida em três momentos: visões sobre unidade e ruptura, modelo de Estado, após independência, visões sobre Estado na atualidade.

Análise sobre unidade Guiné e Cabo-Verde.

Iniciemos nossa análise com a afirmação de Amílcar Cabral de que os princípios básicos do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo-Verde é a unidade e luta. É a divisa e o leme do partido. Qualquer que sejam as diferenças que existissem, entre Guiné e Cabo Verde, era preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objetivo, centrada na luta comum dos guineenses e cabo-verdianos pela independência.

Cada indivíduo, seja guineense ou cabo verdiano, pode conservar a sua personalidade, as suas ideias, a sua religião, os seus problemas pessoais para obedecer a todos a uma coisa, agir em conjunto contra qualquer adversário. A unidade é um meio para luta. Não é preciso unir toda a gente para lutar num país, basta realizar um certo grau de unidade. Tomadas em conjunto, unidade e luta significa que para lutar é preciso unidade, mas para ter unidade é preciso lutar (CABRAL, 1978, p.120).

Para minimizar o impacto das estratégias do colonialismo, Cabral advogava a necessidade da unidade. Qualquer que fosse a diferença entre guineenses e cabo-verdianos, era

preciso se unir contra o colonialismo. Para Fernandes (2002), apesar do esforço de Cabral, a questão da diferença identitária começou a despontar-se com vigor entre os combatentes e militantes do PAIGC, num contexto em que os interesses do grupo passam a fazer-se presente no campo da disputa política.

Assim, nem a defesa da necessidade de uma unidade estresses de luta, e nem adição de uma medida de gestão das diferenças capaz de salvaguardar a unidade e os interesses das partes conseguiram dissipar a crise e evitar a ruptura entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde [...] talvez não devamos descurar a epóxis de que na base muito incidentes da unidade luta, tenham estado questão mal resolvida do encontro de assimilado e indígenas (FERNANDES, 2002, p. 165).

Ao falar de unidade entre Guiné e Cabo-Verde, um entrevistado cabo-verdiano apontou dois fatores: o primeiro fator estaria relacionado ao processo de formação e de socialização escolar dos dirigentes cabo-verdianos, distinta dos guineenses. O segundo aspecto estaria relacionado as supostas condições geográficas de Guiné-Bissau para ação da luta armada de libertação. São razões que teriam facilitado a unidade dos dois países.

O processo da unificação teve a sua configuração, no sentido de fortalecer a união entre esses dois países, tornando as mesmas mais fortes para uma luta armada para a independência. Cabo verde se encontrava com condições intelectuais favoráveis para a administração das maquinas públicas e Guine Bissau possuía condições favoráveis para suportar a luta armada. Nesse sentido Amílcar Cabral, filho de Guine e Cabo verde, percebeu essa relação entres esses países, teve a capacidade de unificar esses países para a mesma causa. (ENTREVISTADO A, 2016).

A presença colonial em Cabo-Verde é distinta. Colonizado para tráfico de escravos, em Cabo-Verde, o sistema colonial criou um conjunto de mecanismos para facilitar a assimilação cultural da elite cabo-verdiana. A criação da primeira Diocese Católica da África Ocidental, em 1533, e o primeiro Seminário Liceu de São Nicolau, pela Lei de 12 de agosto de 1866, para a educação de uma elite nativa, contribuiu para o surgimento de uma massa intelectual, bem diferente da Guiné-Bissau, que suportou o aparelho de Estado colonial.

Já em Guiné-Bissau, a elite local, de origem cabo-verdiana, emergiu com dos grupos sociais tangomãos. Eram chefes de postos, comerciantes, professores, após desestruturação dos impérios, que inicialmente marcou a estrutura social guineense. O início da origem da unidade Guiné e Cabo-Verde pode ser localizado no processo da própria colonização no final do século XIX e o início do século XX. Foi um processo iniciado pelo regime colonial português quando Cabo-Verde respondia pela administração de Guiné-Bissau, em defesa dos interesses

comerciais de Portugal, através do tráfico e de comércio de escravos, que aumentava nessa época. Para um entrevistado,

O processo de unificação entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde se deu desde a chegada dos portugueses na costa africana que, segundo historiadores, a ilha de Cabo-Verde era desabitada e só veio a ser habitada com a implementação de uma estratégia econômica e política portuguesa naquela região que passou a servir de palco de concentração de escravos vindo de diferentes partes da África e em especial Guiné-Bissau para, depois, serem repartidos para Europa e Américas. Sendo assim, prefiro cingir mais na unificação dos dois países para fazer a única frente, no começo da década de 50, denominada "Unidade e Luta". Portanto, essa união foi pensada a partir do Amílcar Cabral guineense de pais cabo-verdianos, contratado pela Administração portuguesa após a sua formação em Portugal para fazer o recenseamento agrícola na granja de Pessubé, região sul da Guiné-Bissau. O jovem agrônomo chega a Bissau recheado de conhecimentos adquirido na metrópole, mas com a influência do corrente pan-africana e doutrina socialista, que lhe fortaleceu o seu espírito revolucionário para pensar numa união (união faz força) entre dois países vizinho que a muito tempo não se comungavam, em razão da política imperialista portuguesa de "separar para melhor reinar" (ENTREVISTADO B, 2017).

No século XX, a partir da década de 1950, começa o processo de mobilização de Amílcar Cabral, detentor de uma escolarização muito mais avançada adquirida em Portugal. Cabral inicia os contatos em Bissau, incumbido pelo Estado colonial para fazer um recenseamento agrícola dos povos da "Guiné Portuguesa. Aproveita oportunidade e inicia os estudos da sociedade colonial para conhecer e contrapor a política colonial de divisão social e racial entre "assimilados" e "indígenas". Amílcar Cabral, Pedro Pires, Abílio Duarte e Aristides Pereira entre outros nacionalistas, majoritariamente cabo-verdianos, e um parte de guineenses, como Rafael Barbosa, formaram uma unidade para lutar contra o que consideram lamentável política de assimilação e de exploração. Todavia, a unidade entre assimilados e indígenas, entre cabo-verdianos e guineenses não foi um processo fácil.

Mas vale a pena ressaltar que esse projeto foi difícil, tendo em conta a forma que a elite cabo-verdiana se sentia privilegiada e era considerada assimilada, enquanto funcionários da administração portuguesa. Também não reconheciam Cabral como cabo-verdiano, mas o ardo trabalho de Rafael Barbosa, guineense, que tinha influência no seio da sociedade guineense, convenceu os guineenses a abraçarem o projeto de unidade, assim como convenceu a elite cabo-verdiana, Pedro Pires, Aristides Pereira e Abílio Duarte para sensibilizarem cabo-verdianos. Abílio Duarte, cabo-verdiano, ficou responsável para esse fim, nas ilhas de Cabo Verde (ENTREVISTADOS C, 2017).

Mais uma vez a questão da assimilação cultural aparece, na formação da sociedade colonial, entre dirigentes guineenses e cabo-verdianos, colocando novos desafios ao PAIGC. Antes da proclamação da independência de Guiné-Bissau, em 1974, e de Cabo-Verde, um ano

mais tarde, em 1975, no contexto da Segunda Guerra Mundial, já havia outros movimentos de libertação que mais tarde se juntou ao PAIGC, juntando guineenses e cabo-verdianos. Entre os aspectos comuns aos dois países, um entrevistado aponta a língua crioula, relações seculares, fundação de único partido, em busca da unidade.

Para entender o funcionamento do processo vale pena falar da história. Se formos ver os estilos de ambos países, veremos que apresentam muita semelhança. Um exemplo concreto é língua crioula. Apresentam laços de anos, séculos. A unificação política que estudamos, ou aquele que vimos no livro se iniciou através de fundação de grandes partidos: MLG Movimento da Libertação da Guiné, dirigido por Rafael Barbosa, grupo de nacionalistas guineenses que mais tarde fundaram o PAI, fundado por Amílcar Cabral, Luís Cabral e demais outros protagonistas. PAI é fundado só pelos Cabo verdianos, MLG é fundado só pelo nacionalista guineense. Depois se deu a unificação com a fundação do PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Depois da luta, conseguiram a libertação, começaram a fazer uma ideologia de anexar Guiné e Cabo Verde como se fosse um só país. Amílcar morreu em janeiro de 1973. Luís Cabral, seu irmão, subiu como presidente da república, dirigindo Guiné-Bissau. Aristides Pereira assume presidente de Cabo Verde (ENTREVISTADO D, 2017).

Após a independência proclamado pelo PAIGC, Guiné-Bissau e Cabo-Verde, inicialmente constituídos como sociedade unificadas, dirigido pelo mesmo partido, entram em ruptura, em 14 de novembro de 1980, através de um golpe de Estado, sob o comando do então Primeiro-Ministro João Bernardo Vieira, um guineense, que destituiu o primeiro governo de Luís Cabral, instituindo o Conselho de Revolução. Extinguia-se, assim, a política de unidade e luta das duas sociedades, proposta por Amílcar Cabral.

Análise sobre ruptura Guiné-Bissau e Cabo-Verde

A pesar da política unidade, defendida pelo PAIGC, as diferenças entre assimilados e indígenas, herdada do colonialismo, continua presente, após a independência de Guiné e de Cabo-Verde. O assassinato do Amílcar Cabral acabou por mostrar os limites da unidade em função da polarização em que se contrapõem guineenses, incumbidos a tarefa de guerrilha, e os cabo-verdianos, a quem incumbiam as funções de direção, uma situação delicada que acabou vitimando o próprio Cabral.

Após a morte de Amílcar, em 1973, o Luís Cabral, que era seu meio irmão, assumiu a liderança da Guiné-Bissau. Posteriormente ele foi surpreendido com um golpe de estado sob a liderança de João Bernardo Vieira, com apoio de uma parte significativa dos militares guineenses do PAIGC. Com o golpe de estado de 1980, os cabo-verdianos separaram do estado guineense, e

proclamam Cabo verde como um novo estado independente em 1975. (ENTREVISTADO E, 2017).

A morte de Amílcar Cabral também, pode ser entendida como resultado da tenção entre assimilados e indígenas, entre elite cabo-verdiana e guineense, entre o tradicional e o moderno. Para Fernandes (2002), em Guiné-Bissau a tradição começou a ser ameaçada com o discurso da modernização e do nacionalismo. Dentre as razões apontadas para o golpe de Estado de 1980, consta-se a crise política e a negação do debate interno, crise social e econômica, a falta de condições básicas de sobrevivência, perseguições, assassinatos. De acordo com um entrevistado

Pelo o que a história tão mal contada e que não pode em ela acreditar. Foi dito que o processo de separação entre essas duas nações se deu a partir de momento em que alguns membros integrantes de processo de luta (que era motivo comum entre os dois países) começaram a desconfiar sobre uma eventual parcialidade entre guineenses e cabo-verdianos. E outra razão forte dessa separação seria aquela do qual se afirma que os cabo-verdianos não queriam a proposta de Cabral que é de unificar com Cabo-Verde. Também alguns guineenses não congratulavam com a mesma ideia. Uns sentiam que os outros eram mais favorecidos, tidos como os mais civilizados e que mereciam todo privilégio e altos lugares no estrato social (ENTREVISTADA F, 2017).

Para Fernandes (2002) os cabo-verdianos ocupavam lugares de destaque em Bissau. Ocupava-se dos serviços logísticos e operacionais, de representação e de mobilização no exterior, cabendo aos guineenses a missão “pagar em armas”, tendo em conta os cabo-verdianos foram os principais beneficiários de ação de formação no Seminário Liceu de São Nicolau.

Na Guiné-Bissau, Luís Cabral, cabo-verdiano, nascido na Guiné, era o Presidente da República, desde 24 de setembro de 1973 até 7 de julho de 1980. Francisco Mendes (Tchico Té), guineense, era Primeiro Ministro. Entretanto, este último foi substituído depois por Vitor Saúde Maria, também guineense. Enquanto que em Cabo-Verde o presidente era Aristides Pereira, e o Primeiro Ministro era Pedro Pires, todos eram cabo-verdianos. Isso aconteceu após a independência dos dois países, em 1974, período em que a Guiné-Bissau foi reconhecida como Estado independente pelos portugueses; só no ano seguinte, em 1975, Cabo-Verde tornou-se país independente. (ENTREVISTADO G, 2017).

Para Candé (2013), em Cabo-Verde, não tinha nenhum Bissau-guineense na administração do estado cabo-verdiano, deferentemente de Guiné-Bissau onde os cargos-chaves no partido de estado era controlado pela elite cabo-verdiana. Vale lembrar que o PAIGC foi fundado por indivíduos de origem majoritariamente cabo-verdiana e que radicavam na Guiné-Bissau na qualidade de funcionários na administração colonial. O capital cultural acumulado por eles e pelo restante militante recrutado dentre universitárias precedentes em Portugal

possibilitava-lhes maiores vantagens comparativas no campo da administração de estado, em comparação aos guineenses. Para um entrevistado

Com a proclamação da independência, o irmão do malogrado, Luís Cabral, foi empossado presidente do então República da Guiné Bissau e, que ao meu ver governou com mão dura (ferro). O processo de ruptura dos dois países que, de certo modo, comungavam a irmandade, se deu a partir do início da década de 1980, com o então famoso golpe de estado que teve lugar no dia 14 de novembro de 1980. O motivo da minha afirmação se baseia na forma que ele dava privilégios aos seus conterrâneos e a incapacidade de continuar com o projeto de unidade entre dois países que levou à criação de um estado em Cabo-Verde governado por Aristides Pereira, mas sob jurisdição de uma constituição da república da Guiné. Foi aplicada a pena de morte para criminosos da luta e presos políticos, mas esta lei não se aplicava em Cabo-Verde e, por fim, a gestão das indústrias guineenses eram gerenciadas pelos cabo-verdianos e tudo que vinha dessas indústrias (receita) eram aplicados na educação, na saúde e no combate à seca e fome que pairava naquela ilha a mais de quatro décadas. (ENTREVISTADO B, 2017)

Para este entrevistado, a crise na Guiné-Bissau, que conduziu ao golpe de estado teria a ver com a lei de pena de morte e a exploração de recursos guineenses em benefício de Cabo-Verde cuja economia enfrentava dificuldades devido secas. Aos guineenses caberia a cargos diretivos nas zonas libertadas (FERNANDES, 2002). Por isso, os guineenses olhavam os cabo-verdianos, chefes de postos e administradores, como segundo colonizadores. Eles exerciam uma autoridade alargada, com competências administrativas, policiais, sanitaristas, fiscais, estatísticas, geográficas, cadastrais, notariais e judiciais.

Em primeiro lugar, nunca houve esta união ou esta unidade entre guineenses e cabo-verdianos, como vários trabalhos narraram. A unificação de Guiné e Cabo-Verde foi mais um projeto pessoal do que propriamente projeto social das pessoas. Mas própria sociedade não está nem aí, como dizem os brasileiros, porque os guineenses não queriam esta unidade e sempre olhavam os cabo-verdianos como colonizadores, outras pessoas dizem que os portugueses não colonizaram os guineenses, foram os Cabo-Verdianos, pois foram utilizados como agentes coloniais. Na Guiné, eles eram professores, chefes de postos e médicos. As causas nós sabemos na Guiné-Bissau. Portanto, havia número muito pequeno dos portugueses na Guiné durante o processo da colonização. As pessoas que administravam a Guiné eram os cabo-verdianos. Nós temos que olhar muito antes de independência como é que os guineenses olhavam para cabo-verdianos. E como os cabo-verdianos olhavam os guineenses? Então muitas pessoas que conviveram na aquela época disseram que os cabo-verdianos olhavam os guineenses com um olhar de desprezo, como gente que não sabe nada, como gente “bruto”, gentis incapaz, gentes não civilizadas. Já os guineenses, por seu lado, sempre olharam os cabo-verdianos como PIDE (Polícia Internacional Defesa de Estado). Sempre os guineenses olhavam os cabo-verdianos como um coisa ruim. Isso é um dos motivos que obrigou a ruptura de Guiné e de Cabo-Verde. (ENTREVISTADO H, 2017).

Para este entrevistado, o projeto de unidade, pensado por Cabral, foi imposto por ser um

projeto pessoal e não social. O estatuto de indigenato criou a ideia de que os povos regidos pela autoridade administrativa eram “gentios”, ou seja, povos desprovidos da “civilização europeia”. O estatuto indígena é o regulamento criado para definir tais regulamentos, especialmente deveres, dos chamados indígenas das ex-colônias portuguesas em África. Em Guiné Bissau, os guineenses não tinham qualquer direito civil, ou jurídico, nem cidadania. Em Cabo-Verde não vigorou o estatuto indígena³.

Para alcançar à assimilação, precisava demonstrar um conjunto de requisitos, tais como; saber ler e escrever, vestirem e professarem a mesma religião que os portugueses mediante autorização dos chefes de postos, que garantiam e confirmavam tais requisitos legais. Para José Carlos Gomes dos Anjos (2004) é sempre a cultura Ocidental que acaba por dominante, sendo as culturais étnicas quase sempre hierarquizados em função da base de recrutamento de “indivíduos orientados para nação”. No caso guineense, os indivíduos orientados para nação eram originários de cabo-verde que implicou esta forma de hierarquia acirrada pelo golpe de estado 14 de novembro de 1980 na Guiné-Bissau.

Esta disputa entre dirigentes e militantes guineenses cabo-verdianos do PAIGC, gerou várias interpretações. De acordo com José Carlos Gomes dos Anjos (2004), embora os dirigentes guineenses do golpe tivessem demonstrado a intenção de manter a unidade, a parte cabo-verdiana considerou desfeita as condições para implementação do projeto sob as mesmas bases do PAIGC.

Enquanto a ala guineense do PAIGC mantinha a sigla do partido e reclamavam uma legitimidade histórica dada pela luta de libertação nacional, para a ala cabo-verdiana assua permanência significava uma ameaça à soberania de uma das partes sobre a outra.

Modelo de Estado-nação em Cabo-Verde na atualidade

Até aqui, observamos o processo de formação de unidade e ruptura que marcou a formação de estado nação de Guiné e de Cabo-Verde, este primeiro marcado pelos estatutos de indigenato, mesmo fora do seu contexto, após a independência. Resta-se saber qual foi a implicação da política colonial, no quadro da democratização, vivenciada na atualidade, em Guiné-Bissau e em Cabo-Verde, cujas percepções dos modelos de Estados-nações passaremos

³ O estatuto indígena foi abolido no século XX com as reformas introduzidas pelo estado colonial com intenção de supostamente permitir aos indígenas de Guiné Bissau, Angola, Moçambique um acesso mais fácil e abrangente à cidadania portuguesa.

a analisar.

Para Sucuma (2013), os Estados da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde adotaram o mesmo modelo do sistema político semi-presidencialismo, no quadro da democratização, mas de maneira diferente. O Presidente da República é diretamente votado pelo sufrágio direto universal, via eleição, e o Primeiro Ministro, indicado pelo partido, é eleito indiretamente. Teixeira (2015, p. 234) salienta que a Guiné-Bissau e Cabo-verde têm único modelo de Estado, no início dos anos de 1970, até a primeira metade dos anos de 1980 e, depois desse período, com a democratização, os dois Estados passaram por uma série de modificação de caráter político, econômico e sociocultural.

Entretanto, em Cabo-Verde, desde a luta de libertação na Guiné, existem governos municipais, que controlam os municípios do país; contudo, percebe-se que o Estado cabo-verdiano tem alguns aspectos que se relacionam com o sistema político guineense (TEIXEIRA, 2015), marcado pelo peso de partido único PAICV e PAIGC.

A questão do posicionamento geográfica facilitou muito este país. O Estado cabo-verdiano, confrontado pelas secas, preocupou-se em direcional suas políticas para o bem-estar social de sua população, cria mecanismos de fazer projetos de frentes de combate de desemprego público (entrevistado C, 2017).

Este entrevistado afirmou, ainda, que o Estado de Cabo-Verde aposta muito na educação e na saúde, pensando na alfabetização de base muito forte. Isso é um dos motores principais do país, pois, é através da educação que se pode ter pessoas muito fortes que pensam na construção estatal bem organizada. Parte deste, ganho em educação se deu no próprio processo de colonização de Cabo-Verde. Como afirma um entrevistado

As vantagens que Cabo-Verde se gozava eram de ter uma população homogênea, ou seja, já tinha a formação da nação consolidada até certo nível, herdada do próprio processo de colonização. Cabo-Verde teve Liceu há muitos anos, antes da Guiné-Bissau, o que proporcionou alto índice de alfabetização da população e conhecimentos administrativos. Cabo-Verde já tinha quadros administrativos, bem experientes, por estes terem sido usados pelo colono como intermediários na administração dos dois territórios. Também tinham inúmeros quadros que se encontravam na imigração, bem preparados, que muitos retornaram após independência para Cabo-Verde, trazendo consigo grande bagagem de conhecimentos. Cabo-Verde já tinha bases de formação do estado ainda no período colonial. Simplesmente só ocorreu a mudança ideológica em Cabo-Verde e princípios de condução do Estado. Por isso Cabo-Verde, facilmente, se organizou em torno da atual conjuntura e prosseguiu com o seu desenvolvimento. (ENTRIVISTADO D, 2017).

Contudo, apesar dos ganhos com a educação, a questão da justiça, oportunidade igual para todos, são desafios que se colocam ao estado cabo-verdiano na atualidade. Conforme coloca o entrevistado

[...] Cabo Verde em construção com grandes ganhos, mas com muitos desafios e caminhos a percorrer para que o povo cabo-verdiano se prospere cada vez mais e que haja mais igualdade de oportunidades tanto a nível de educação, justiça, saúde e de acesso ao emprego para garantir um desenvolvimento com justiça social onde toda a sociedade será privilegiada com as suas políticas de desenvolvimento (ENTREVISTADO E, 2017).

Ainda o país enfrenta dificuldade para que haja a igualdade de oportunidades entre os cidadãos cabo-verdianos. Segundo Teixeira (2015, p. 236), a diáspora cabo-verdiana revelou-se fundamental importância, em políticas públicas, pelo dinamismo que imprimiu a um conjunto das relações sociais, políticas e econômicas, com suas remessas, garantindo o emprego para muitos de seus filhos em Cabo-Verde. A população cabo-verdiana que vive fora do seu território tem exercido um papel muito relevante no desenvolvimento do país. Um entrevistado aponta democracia, o capital humano e o compromisso com o desenvolvimento como conquistas de um estado onde o povo tem voz.

[...] hoje Cabo-Verde é exemplo da democracia no mundo, sobretudo, na África. Tem um estado que investiu no capital humano do país; um estado que teve compromisso com o trabalho e desenvolvimento das infraestruturas; um estado onde o povo tem voz, um estado onde até hoje todos lutam e esforçam para construir a igualdade e desenvolvimento do país. (ENTREVISTADO A, 2017),

Cabo-verde é visto, pelo entrevistado, como um dos Estado que está a investir no capital humana do seu país, um estado que assumiu compromisso de trabalho e de desenvolvimento, porque o povo cabo-verdiano tem voz, e é um estado que até hoje luta pelo bem-estar do seu país, que não há desigualdade dentro desse país, e um estado que obedece à voz do seu povo. Há reivindicação de direitos, não garantidos, que revela as tensões manifestas e desafios no estabelecimento das regras que remodelam a vontade coletiva na sociedade cabo-verdiana. É nesse contexto também que identificamos, no plano político e social, os limites da democratização em Cabo-Verde como expressão do parlamento cabo-verdiano em benefício de grupos parlamentares (TEIXEIRA, 2015, p. 433). É a partir dessa constatação que se propõe examinar, em seguida, o modelo estado existente atualmente na Guiné-Bissau, numa visão comparativa com Cabo-Verde.

Gabriel Fernandes (2002) chama atenção para discursos totalizantes em Cabo-Verde a fim de criar semelhanças que possa identificar de diferenças, bem como de atores que nele

intervém. Segundo ele, coube papel preponderante ao estado cabo-verdiano no que concerne à prática articulatória na dinâmica de produção de sentido de caboverdianidade para contornar as fronteiras aleias ao Estado-nação, revelando-se

Um projeto ambicioso de impor a coesão social e controlar o tecido conjuntivo que articula os assuntos políticos e culturais, em que a questão identitária ganhou especial centralidade nas narrativas da modernidade em Cabo Verde, na esteira da tradição da tradição iluminista (FERNANDES, 2002, p. 185).

Do exposto, podemos dizer que a articulação de identidade nacional cabo-verdiana pelo Estado se baseou nas narrativas culturais e políticas centrada na ideia da modernidade, colocado por Fernandes, atrelado a representação do Estado que articula a identidade nacional cabo-verdiana. Para Teixeira, a lógica paternalista do Estado cabo-verdiano revela uma percepção do Estado, que afirma seu papel central no sentido de possibilitar, através do discurso da modernidade, uma avaliação positiva da sociedade civil, em contraposição ao Estado para a sociedade civil (TEIXEIRA, 2002, p. 254).

José Carlos Gomes dos Anjos fala da encenação do Estado-nação, a confirmação da sobreposição dessa identidade construída em Cabo-Verde. Uma análise cuidadosa revelaria, segundo ele, como o Estado-nação cabo-verdiano reflete o modelo cultural de sua elite. Com a democracia, encontramos o mesmo modelo de Estado-nação nas ilhas. Sob essa perspectiva, o regime do PAIGC legou Cabo-Verde, a expectativa de desenvolvimento, a ideia da sociedade civil e da democracia pluralista. José Carlos Gomes dos Anjos pergunta, a esse respeito, o seguinte:

Em que medida se pode afirmar, para novos Estados da África, que a aniquilação das culturas minoritárias e a integração das minorias na cultura principal pode fazer coexistir Estado-nação? O autor aponta que, desde a independência, com a criação do Estado cabo-verdiano em 1975, a ocupação dos cargos mais elevados se transformou importante de mediação num país absolutamente dependente do exterior (ANJOS, 2006, p. 213).

Os atores fundamentais dessa encenação são os indivíduos orientados para a nação, dependendo da cultura do colonizador. Concluindo, José Carlos dos Anjos afirma que a convergência entre as elites do Sul e aquelas do Norte que explica essa atividade de importação simbólica a prossegue a despeito das falhas estratégicas de transplantação de modelos jurídicos-políticos desenvolvidos em sociedade ocidentais (ANJOS, 2006, p. 213)

Trata-se, portanto, da aproximação do Estado de Cabo-Verde da antiga metrópole, desde sua origem, por uma aposta fundamental que se delineia mais claramente ao longo dos finais dos anos de 1980 e princípios de 1990, fundamental para a sobrevivência econômica e política do Estado cabo-verdiano, alargando a ideia de identidade nacional para a população cabo-

verdiana que vive fora do território nacional. Para Teixeira (2015) é um momento politicamente novo, distinto da época do partido de Estado, onde a diversidade precisava ser controlada no quadro de procura pela identidade nacional.

Modelo de Estado-nação em Guiné-Bissau na atualidade

Diferentemente de Cabo-Verde, após independência, Guiné-Bissau manteve o modelo socialista de estado, baseada na ideologia revolucionária de Amílcar Cabral, líder do PAIGC. Guiné recebia apoio dos países socialistas, tanto na formação de quadros nacionais para o desenvolvimento, como no fornecimento de bens de consumo para satisfação das necessidades de sua população.

[...]. Após a independência, Guiné-Bissau adotou um modelo de Estado do tipo socialista, que foi produto da influência destes países: URSS, China e Cuba, que apoiavam a luta. O estado revolucionário visava a igualdade entre as classes sociais, de modo a garantir profundas transformações nas formas de produção e de apropriação das riquezas produzidas pela sociedade para a maioria da população, no campo e na cidade, mas que não teve continuidade na prática em detrimento dos interesses particulares dos dirigentes (ENTREVISTADO A, 2017).

O primeiro país europeu a reconhecer o novo estado guineense é a Jugoslávia, seguida de cuba e da china, em 30 de setembro 1973. No ano seguinte, foi a vez da Antiga União Soviética, Vietnam do Norte, seguido de 75 estados. Para Lopes (1987) Amílcar Cabral pensou novo estado completamente diferente de estado colonial, que seria do tipo descentralizado. Bissau deixaria de ser capital administrativa, alargando as bases democrática para zona libertada (LOPES, 1987).

No campo de educação, o PAIGC defendia, em Guiné-Bissau, um estema de ensino baseado nos valores nacionalistas no desenvolvimento político e integral do novo homem. Apesar dos projetos de governo, a degradação da vida da população aumentou, juntamente com a miséria, devido à falta de investimentos na agricultura e na educação. Para Teixeira (2015), o PAIGC constituía órgão de propaganda e de vigilância das massas, nas quais o convencimento era acompanhado repressão, de maneira que seu desempenho se explicava pela capacidade de reunir consenso aparte da ideologia e de terror. As marcas dessas ideologias se fizeram presente no processo de democratização.

O Estado da Guiné-Bissau apresenta algumas especificidades político-governativas, diferentes de Cabo Verde. Se analisarmos o sistema sociopolítico, é notável a intervenção militar no poder, não aceitando a

submissão ao poder político civil. O que deveria acontecer num país de Estado de direito democrático. Havendo ciclos de intervenção militar no poder, os políticos, que disputam o poder, também criam problemas que bloqueiam o país em função de seus interesses pessoais. (ENTREVISTADO B, 2017).

Nessa fala, se coloca as dificuldades que a Guiné-Bissau enfrentou, após da independência. Há questão não resolvidas da luta de libertação nacional, dirigida por militares. Há problemas militares que controlam o poder civil, em que este último, em várias situações, articulou-se com os militares assumir o poder, bloqueando o país

Outra questão colocada, na atualidade, tem a ver com a fragilidade de estado, que alguns de estado falhado. Um entrevistado nega o falhanço de estado, que ele acredita ser muito recente, diferente de administração pública de estado cabo-verdiano, cujas instituições se aproximaram de modelo estado europeu, da antiga metrópole:

Algumas pessoas opinam que a Guiné-Bissau é um estado falhado. Mas, não vê esse fato como verdade, porque muitos Estados passam pelas mesmas situações ou problemas, ou seja, conflitos internos. São problemas normais, que acontecem noutros países, mas que pode ser superado a longo prazo. A democracia guineense [Estado também] é bem mais verde do que em Cabo Verde. Guiné-Bissau precisa de se madurecer ainda mais, em termo do processo democrático (ENTREVISTADO C, 2017).

O entrevistado coloca falhanço de estado como resultado do máximo na sociedade guineense, já que as mulheres, diferente dos homens, são responsáveis por quase tudo (trabalhar, sustentar os filhos, maridos), entre outras atividades. Argumenta ainda que estado é falhado porque não se enquadra nos pressupostos do modelo de estado em Rousseau, Max Weber e John Locke.

Guiné-Bissau é um estado falhado. Porque se nós formos olhar o pressuposto do estado, a partir de Rousseau, de Max weber e de John Locke, vamos ver [que] Estado guineense é um Estado falhado. Os pressupostos de Estado africano seria dar bem-estar à sociedade, manter a boa administração, a boa gestão. Ainda que seja por princípios de tabanca, é Estado falhado. Porque na tabanca se administra em prol da coletividade da maioria, ainda que neste modelo, de tabanca, lamentavelmente a mulher tem um papel apenas de subsequência. Em muitos grupos étnicos guineenses, a mulher tem papel de trabalhar na lavoura e [de] sustentar a família; na etnia Mancanha a mulher sustenta a família; na etnia Mandiga a mulher sustenta a família, o homem, que é chefe de tabanca e “chefe das mulheres” que ele casou, senta-se em casa. As mulheres vão trabalhar na roça, no campo, na lavoura [...] para sustentar os filhos e desta forma disputar o marido. Por isso que é uma sociedade machista, dentro neste sentido é um estado falhado (ENTREVISTADO H, 2017).

Durante o processo da democratização, a tradição de conflitos internos, que marcou a história de Guiné-Bissau, se fez novamente presente [em 1998, 2003, 2012, 2015 e 2016], colocando, assim, a necessidade da refundação de estado guineense.

Em 1998 nós choramos com guerra civil. Em 2003 nós chorámos com golpe de estado, onde kumba Yalá foi derrubado no lugar de Presidente da República. Em 2012 nós chorámos com golpe de estado, onde Carlos Gomes Junior foi derrubado no lugar Primeiro Ministro “chefe do governo”. Em 2015 nós chorámos com golpe de estado, onde Domingos Simões Pereira foi derrubado no lugar Primeiro Ministro “chefe do governo”. Chorámos em 2015 e em 2016. Continuamos a chorar. Portanto, acho que o Estado guineense ainda deixa muito a desejar. É possível refundar o Estado guineense. O Estado guineense é frágil institucionalmente. (ENTRIVISTADO I, 2017).

Na Guiné-Bissau, foram vários golpes de estado. Ao contrário de Cabo-Verde, na Guiné-Bissau, a percepção de Estado ficou marcada pela presença da elite militar. Questões como autoritarismo, corrupção e nepotismo, ausência de um líder forte geram sentimentos negativos em relação ao Estado e aos partidos políticos (TEIXEIRA, 2015).

[...] antes da construção do Estado, era necessária a construção da nação, pois esse componente, de forma que foi maltratado, está causando o enfraquecimento do estado guineense (ENTRIVISTADO D, 2017).

Este entrevistado coloca ausência da nação. Para Carlos Lopes (1987) nação é utilizada enquanto interesse duma classe. Afirma que a consciência nacional e o poder nacionalista não seguem a mesma trajetória histórica, ainda que mantenham mesmo discurso. Segundo Lopes, a burguesia moderna frequentemente define o estado-nação como uma unidade sociopolítica total, em que o partido assume papel importante.

[...] a formação do Estado se deu na base dos militantes do partido, o que Amílcar Cabral já discordava. Isso causou graves problemas para construção da Guiné-Bissau. Pois, inicialmente, o Estado se confundia com o Partido. Outro agravante é que o próprio partido era militarizado devido à necessidade da luta de libertação. E não foi desmilitarizado, após independência. O certo era desmilitarizar o Partido, separar o Partido do Estado, desde o início da formação do primeiro governo. Foi exatamente isso o projeto proposto pelo Amílcar Cabral: partido desmilitarizado, separado do Estado. Com tempo, isso se transformou no vício. Essa consequência que se vive até os dias de hoje. ENTRIVISTADO E, 2017). O peso do partido estado continua presente. Estado se confunde com o partido herdado da luta da libertação. Era preciso desmilitarizar o estado e partido, o que não ocorreu. Por isso, é fundamental uma certa capacidade administrativa, capazes de reforçar a base produtiva, com a colaboração dos novos quadros, sem prepotência, sem ganância do poder.

Outra questão preponderante no fracasso do estado guineense é limitada capacidade administrativa. Foram alocados na administração os destacados comandantes saídos da guerra como forma de recompensa, sem nenhum preparo e capacidade administrativa. Isso criou outra situação que é prepotência administrativa, cujas consequências é essa situação que vivemos. Por falta de opções sejam no setor produtivo, que podia proporcionar melhor alocação dos quadros recém-formados, criou-se ambiente de guerra intestinal

pelo poder, mas não para construção do país e nem para o pleito do desenvolvimento. (ENTREVISTADO F, 2017).

Atualmente, o problema da reforma na Guiné-Bissau é um dos problemas principais de Estado. Porque é necessário que os cidadãos sejam formados para que possam estar melhor capacitados com intuito de estarem na altura do desafio de desenvolvimento do país

[...] O Estado guineense deve cumprir com o seu principal papel que passa, necessariamente, pela alocação de recursos para investimento corrente e de capital, distribuição de renda para diminuir as desigualdades sociais e, por fim, estabilizar a economia para estimular capital externo, mas que infelizmente não foi caso pela falta de vontade e não da competência técnica, como os outros críticos alegam [...]. Sempre discordo, tudo porque tivemos e temos ainda governantes com habilidades e competências adequadas a esses cargos. O problema cinge na falta de comprometimento dos guineenses, vontade e caráter. São esses males que levam, conseqüentemente, à corrupção (ENTREVISTADO B, 2017).

Para finalizar, um entrevistado coloca a necessidade de investimento público, distribuição de renda, estabilização da economia, comprometimento e vontade para melhor condição de vida da população guineense.

Considerações Finais

Depois do que foi analisado, ao longo deste trabalho de conclusão de curso (TCC), de Bacharelado em Humanidades, cabe, finalmente, tirar algumas considerações. Guiné e Cabo-Verde emergiram a partir duma luta comum de libertação, passaram pelos processos de formação de Estado Nação, mas de forma distinta.

Os estudantes africanos, que estudavam na Casa de Império, percebiam que tinham que unir para lutar contra o colonialismo português e fortalecer a mentalidade de outros intelectuais africanos, em Lisboa, entre os quais, guineenses, cabo-verdianos, angolanos e moçambicanos a fim de garantir a conquista imediata da independência e a construção de paz, do bem-estar, avanços para o povo da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde.

Depois da independência, os dois países, formam um Estado binacional, sob a direção do PAIGC. Contudo, com o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, desencadeado pelo denominado Movimento Reajustador, sob a liderança do guineense João Bernardo Vieira, foi derrubado o primeiro Presidente da República de Guiné-Bissau, Luís Almeida Cabral, meio irmão de Amílcar Cabral, tendo como primeiro ministro Francisco Mendes, guineense, do PAIGC.

Após o golpe, os dois países entraram na democracia e realizaram suas primeiras eleições multipartidárias na década de 1990, inicialmente em Cabo-Verde, depois na Guiné-Bissau. Na atualidade, os dois países apresentam modelos de estado-nação distintos.

Em Cabo-Verde chama atenção o modelo de estado colonial, mantido na sociedade, enquanto na Guiné-Bissau, o Estado ficou marcado pelo conflito interno, presença militar e presença de partido, mas forte do que em Cabo-Verde.

Ao passo que em Guiné Bissau reforçava sua relação com os países socialistas, que apoiaram a luta de libertação, desde primeira hora, Cabo-Verde procurou-se aproximar da antiga metrópole. Cabo-Verde conta com apoio de sua diáspora, no apoio, segundo entrevistados, de políticas públicas, contra sucessivas secas. Questões como desigualdade, desemprego, acesso à educação, à saúde, ao emprego etc., são questões que se colocam nos dois países, mas de maneira diferente e mais forte em Guiné-Bissau.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Mario Pinto. **A arma da teoria: Unidade e Luta** / Mario Pinto de Andrade. ed. Sarl, Lisboa:1978. p.117-157.

ANJOS, José Carlos dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional**/ José Carlos dos Anjos. Editora da UFRGS, Porto Alegre: 2006.

BISSAU, Guiné. **Instituto Nacional de Estatística**. Disponível em: <<http://www.stat-guinebissau.com/>>. Acesso em dia 17 de Nov. de 2016.

CABRAL, Amílcar. **Análise de alguns tipos de resistência**. Bolama/ Amílcar Cabral. Edição do PAIGC e DEDILD, Imprensa Nacional, 1979.

CARDOSO, Carlos e INBALI, Faustino. A famílias. In: MONTEIRO, Isaac (coord). **O programa e ajustamento estrutural na Guiné-Bissau**. Bissau, INEP/ Faustino Inbali e Carlos Cardoso, (coleção Kacu Martel, vol.11). 1996, P.10-87.

CARREIRA, António. **Cabo Verde: aspectos sociais e fomes do século XX**. Lisboa/ António Carreira, Ulmeiro, 1984, P. 117-160.

DURKHEIM, Emile, 1858-1917. Da divisão do trabalho social/ Emile Durkheim: **Tradução Eduardo Brandão**. 4ªed- São Paulo: Martins Fontes 2010.

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guine Bissau e Cabo Verde: Da unidade a separação**/ Antero da Conceição Monteiro Fernandes, Universidade do porto, faculdade de letras (centro de estudos africanos), 2007.

FERNANDES, Gabriel. **A diluição da África: uma interpretação da saga identitária caboverdiana no panorama político (pós) colonial**. Florianópolis/ Gabriel Fernandes, Editora da UFSC, 2002.

GARCIA-ROZA, L.A. (1991). “**A pesquisa acadêmica em psicanálise**”. in: ROPA,D. (org.). Anuário Brasileiro de psicanálise/ Luiz Alfredo Garcia-Roza, vol.1, n. Rio de janeiro: Relume-Dumará.1992-93.

HERNANDEZ, Leila Maria Goncalves Leite. **Os filhos da terra do sol: A formação do Estado-Nação em Cabo Verde** / Leila Maria Goncalves Hernandez – São Paulo: Summus, 2002.

LOPES, Carlos. **Kaabunré: Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamente pré-coloniais** / Carlos Lopes, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

_____. **A transição histórica na Guiné-Bissau**. Do movimento de libertação nacional

ao Estado / Carlos Lopes, Bissau: Instituto Nacional de Estado e Pesquisas (INEP), 1987.

_____. **Desafios contemporâneos da África: O legado de Amílcar Cabral** (org.); [tradução Roberto Leal/Fundação Amílcar Cabral] / Carlos Lopes, – São Paulo: ed. Unesp, 2012. 215p.: il.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social / Mario Cecília de Souza Minayo, Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDY, Piter Michel Karibe, **a herança colonial e o desafio da integração**, soronda 16- revista dos estudantes Bissau guineense / Piter Michel Karibe Mendy, Guiné Bissau, INEP, 1993. P.26 -32.

_____. A perturbação da pax Lusitana: resistências passivas na Guiné “Portuguesa” durante os primeiros anos do Estado Novo. In: **Revista Internacional de Estados Africanos** / Piter Michel Karibe Mendy, Lisboa: Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, 1999.

MONTEIRO Artemisa, Odila Candé. **Guiné-Bissau: Da Luta Armada à Construção Do Estado Nacional-Conexões Entre o Discurso De Unidade Nacional E diversidade Étnica (1959-1994)** / Artemisa Odila Candé Monteiro, Salvador, 2013.

N´DJAI, Tchernó. **O Pensamento Político de Amílcar Cabral: Teoria e Prática em momentos decisivos na Libertação da Guiné-Bissau (1959-1969)** / Tchernó N´Djai, Dissertação (em História Social das Relações Políticas) Universidade Federal do Espírito Santo. 2012.

PEREIRA, Aristides. Guiné-Bissau, Cabo Verde: **uma luta, um partido, dois países** / Aristides Pereira, Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

PEREIRA, Carlos Eduardo. **A captura de sinais antecipativos para a inovação de produto em micro e pequenas empresas** / Carlos Eduardo Pereira- 2016.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado** / Ricardino Jacinto Dumas Teixeira, Recife: Ed. do Autor, 2015, p.519.

_____. **Sociedade Civil Redemocratização na Guiné-Bissau 1994-2006** / Ricardino Jacinto Dumas Teixeira, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SOASRES, Julião. **Amílcar Cabral (1924-1973). Vida e morte de um revolucionário africano** / Julião Soares Lisboa: Editora Veja, 2011.

SUCUMA, Arnaldo. **Estado e ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008** / Arnaldo Sucuna. O autor, 2013. 115 f. il.; 30 cm.